

BRDFAN, BSB. N8. PRO. CSS. 119. 8. P1/73

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

GETÚLIO BARBOSA DE MOURA
.....

21

GETULIO BARBOSA DE MOURA

IDENTIDADE		FOTO
FILIAÇÃO-PAI	JOAQUIM MARIANO DE MOURA	
MÃE	AMÉLIA BARBOSA DE MOURA	
IDADE	10 Jun 1903 ESTADO CIVIL	
PROFISSÃO	Advogado	POSTO OU GRAD.
FUNÇÃO		
NACIONALIDADE	bras.	NATURAL DE ITAGUAI/RJ
LÊ	ESCREVE	CERT. RESERVISTA
TÍTULO ELEITOR	LOCAL TRABALHO	
ESTUDANTE	ESCOLA	
		NÍVEL superior
RESIDÊNCIA	Rua Getúlio Vargas, 79 - NOVA IGUAÇU/RJ	
OUTROS DADOS	Deputado Federal p/MDB/RJ	
.....		

NOME
GETÚLIO BARBOSA DE MOURA

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 28, de 10 Fev 69, teve cassado seu mandato ele^utivo, com base no Ato Instifucional nº 5, de 13 Dez 68.

CIC

CONFIDENCIAL

OFÍCIO Nº 004/GE/235/70

Brasília, DF, 27 de maio de 1970

Do Chefe do Gabinete da SG/CSN

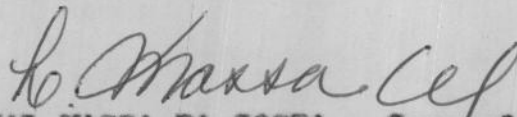
Ao Exmº Sr Presidente do TRE/RJ

Assunto: Elementos de identificação de cidadãos atingidos pelo AI/5.

Ref -: Of nº 1754/70, desse Tribunal; Aviso G/0951-B, do Min da Justiça e Of nº 113/SI-Gab, do SNI/AC.

Com referência aos expedientes acima citados, esta Chefia encaminha a Vossa Excelência as Fichas Individuais de cidadãos, atingidos pelo AI-5, acrescentando que, dentre os mesmos, o Senhor GETULIO BARBOSA DE MOURA, não sofreu suspensão dos seus direitos políticos, mas, teve apenas, cassado o seu mandato eletivo federal.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de distinta consideração e apreço.



LOURIVAL MASSA DA COSTA - Coronel

Chefe do Gabinete da SG/CSN

CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 082	2. DATA: 14/1/65
3. NOME: GETÚLIO BARBOSA DE MOURA	
4. FILIAÇÃO: JOAQUIM MARIANO DE MOURA e AMÉLIA BARBOSA DE MOURA	
5. DATA DE NASCIMENTO: 10 Jun 1903	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: Itaguaí/RJ	
8. PROFISSÃO: Advogado - Deputado Federal	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA: Brasília - SQ 105 Bl 6 Aptº 203 - Tel 2.9272 Nova Iguaçu/RJ - Rua Getúlio Vargas nº 79 - Tel 45	

G311M

GETÚLIO MOURA (GETÚLIO BARBOSA DE MOURA), M.D.B., ANTES P.S.D., RIO DE JANEIRO. PROF.: ADVOGADO. NASC.: 10 DE JUNHO DE 1903, ITAGUAÍ, RJ. FIL.: JOAQUIM MARIANO DE MOURA E AMÉLIA BARBOSA DE MOURA. CÔNJ.: MARIA BARBOSA DE MOURA. FILHOS: GETÚLIO E GILDA. EST. E GRAUS UNIV.: BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS PELA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO (1931). LEGISL.: 1946 (CONSTITUINTE), 1946-1951, 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963, 1963-1967. PRINC. FATOS DA VIDA PARL. E ADM.: VEREADOR E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, RJ. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, RJ. VICE-PRESIDENTE E PRESIDENTE DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL. SECRETÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2º SECRETÁRIO DA MESA (1947-1948), E PRESIDENTE DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS, REDAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO, JUSTIÇA E ORÇAMENTO, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA OS ASSUNTOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. MISSÕES NO EXT.: EMBAIXADOR EXTRAORDINÁRIO EM HONDURAS. VIAGENS DE ESTUDOS SOBRE O TEMA FERROVIÁRIO NA EUROPA, ÁSIA E AMÉRICA, POR NOMEAÇÃO DO PODER EXECUTIVO. TRAB. PUBL.: JOSÉ DO PATROCÍNIO. END.: SQS 105, BL. 6, AP. 203, BRASÍLIA, DF. RUA DA QUITANDA, 20, s/102, RIO DE JANEIRO, GB. RUA GETÚLIO VARGAS, 79, NOVA IGUAÇU, RJ.



Ficha Individual de GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (Cont)

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal, MDB, R.J.
- Viajou pelos países da "Cortina de Ferro", a convite da UNIÃO SOVIÉTICA.
- Foi o orador que respondeu à saudação feita aos parlamentares brasileiros, no parlamento da CHINA COMUNISTA.
- Deu entrevista ao jornal comunista "Imprensa Popular" sobre sua viagem a REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.
- Compareceu a solenidade de fundação do Instituto Cultural SINO-BRASILEIRO, Organização de Frente comunista.
- Acompanhou delegação enviada pela CHINA COMUNISTA ao BRASIL.
- Vendeu automóvel importado com isenção de direitos.
- Assinou manifesto "Apêlo de Viena contra a Preparação da Guerra Atômica" e dirigiu apêlo ao povo fluminense para que também o subscrevesse.
- Defendeu JUSCELINO KUBITSCHCK, no Congresso, por diversas vèzes.
- Atacou, seguidamente, tôdas as medidas tomadas pelos governos revolucionários, sua política econômica, salarial, Leis de Imprensa, Segurança, Municípios de Segurança Nacional, Constituição de 1967, etc.
- Foi citado no IPM da Caixa Econômica Federal.
- Promoveu campanha contra a atuação do Capitão RIBAMAR ZAMITH, no Estado do RIO DE JANEIRO.
- Defendeu a concessão da anistia geral.
- Acusou o Gen JAIME PORTELA de ser a "eminência parda" do regime.
- Explorou politicamente o chamado "caso PARASAR".

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

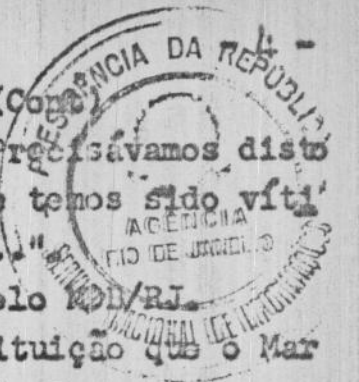
- 1956 -
- Viajou pelos países da "Cortina de Ferro", a convite da UNIÃO SOVIÉTICA. Estêve na HUNGRIA, POLÔNIA, TCHECOSLOVÁQUIA, BULGÁRIA, e CHINA. Foi o orador que respondeu à saudação feita aos parlamentares brasileiros, no Parlamento da CHINA. Via -



Ficha Individual de GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (Cont)

- jou com mais 12 deputados, chefiados pela Deputada da IVETE VARGAS.
- Jul - Deu uma entrevista ao jornal comunista "Imprensa Popular", declarando haver feito um discurso em PEQUIM, quando da visita de parlamentares brasileiros a países da "Cortina de Ferro".
- Set - Compareceu a jantar comemorativo da fundação do Instituto Cultural Sino-Brasileiro (ou Associação Cultural Brasil-China), Organização de Frente comunista.
- Acompanhou a Delegação enviada pela CHINA COMUNISTA para realizar contato, com a indústria, o comércio e os meios financeiros brasileiros.
- 1957 - Out - Vendeu automóvel importado com isenção de direitos (Lei Cadillac).
- 1962 - Out - Reeleito Deputado Federal pelo PSD do Estado do RJ.
- 1964 - Mai - Assinou o manifesto "Apelo de Viena contra a Preparação da Guerra Atômica" e conclamou o povo fluminense a também subscrevê-lo.
- 1965 - Dez - No Congresso Nacional, protestou contra a tentativa de humilhar o ex-Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK por meio dos IPM em que ele estava intimado a responder. Afirmou "que são essas mesquinhas que o povo não pode compreender e que há de manifestar, através do voto, sua repulsa a tais atos." Pôs em relevo a posição do PSD na conjuntura nacional, afirmando que o propósito do seu Partido é de harmonização e não de revanchismo contra a Revolução.
- 1966 - Jun - Abordando o problema da estabilidade, disse estar informado de que o Governo pretende extingui-la / "de um só golpe".
- Ago - Acusou, o Comandante OSVALDO LINS, Administrador do Porto do Rio de Janeiro, de corrupto e ditatorial.
 - Requereu a transcrição de manifesto do Gen KRUEL nos anais da Câmara, afirmando: "Ninguém conhece a propalada ação revolucionária do Mal CASTELO / BRANCO. Sabe-se, apenas, que ele teve a habilidade de conquistar o poder, ainda que não tivesse de flagrado a revolução".
- Out - Proferiu discurso na Câmara de Deputados, quando da cassação de mandatos de deputados pelo Governo Revolucionário, aplaudindo a resistência oferecida.

Ficha Individual de GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (Conteúdo)
da pelo Congresso e afirmando: "Precisávamos disto para que o País compreendesse que temos sido vítimas de violências de toda ordem..."



- Out - Foi reeleito Deputado Federal, pelo RJ.
- Dez - Referindo-se ao Projeto de Constituição que o Mar CB enviou à Câmara, afirmou que "o deus da guerra inspirou a nova Carta".

1967 - Jan - Condenou com veemência a nova Lei de Imprensa.

Fev - No IPM da Caixa Econômica Federal, consta que, durante o Governo JOÃO GOULART, encaminhou requerimentos solicitando empréstimos imobiliários para terceiros, à CEF, no valor total de quinze milhões de cruzeiros.

Ago - Apresentou requerimento na Câmara dos Deputados, solicitando a convocação do Min da Justiça, Sr GAMA E SILVA, a fim de prestar esclarecimentos sobre as providências que adotou em favor da preservação da ordem jurídico-constitucional vigente, reiteradamente violada pela ação subversiva do Cap JOSÉ RIBAMAR ZAMITH, Cmt de uma Companhia de Polícia do Exército sediada na GR".

Out - Ocupou a tribuna da Câmara para pedir, ao Ministro do Exército, "que restabeleça a disciplina em sua tropa, evitando que um coronel e um capitão, conhecidamente golpistas e esquizofrênicos, continuem a incursionar pelo RJ, a depor prefeitos e a coagir as Câmaras Municipais".

- Declarou-se "indignado com essa mesquinha e sobretudo contra a descortesia que se praticou contra um ex-Chefe de Estado", ao comentar o pedido feito para que JK prestasse declarações sobre suas atividades políticas.

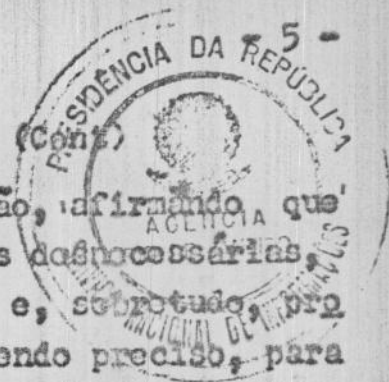
1968 - Jan - Afirmou, na Câmara dos Deputados, que "a crise artificial que vive o País é obra do Poder Executivo, que procura criar um clima falso para justificar a edição do Ato Institucional nº 4".

Fev - Condenou o projeto que incluiu diversos municípios em área de interesse da Segurança Nacional.

- Afirmou que o Poder Legislativo cometeu um grave erro aprovando o Decreto-Lei sobre a reformulação do CSN.

Abr - Defendeu a concessão de anistia irrestrita aos punidos sem processo legal.

- Encabeçou, na Câmara, numerosas manifestações sô-



Ficha Individual de GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (Cont)

bre o 4º aniversário da Revolução, afirmando que "foram quatro anos de violências desnecessárias, com grave prejuízo para a Nação e, sobretudo, profundo infortúnio para o povo, sendo preciso, para comemorar essa data, que a Revolução tivesse de manchar o solo com o sangue de mais um estudante".

1968 - Jul - Sua candidatura ao Governo do Estado do RIO DE JANEIRO, foi lançada pelo Dep Est MDB/RJ - DARCÍLIO AYRES.

- Condenou a venda da FNM, afirmando que o Governo prossegue na sua obra de desnacionalizar as indústrias brasileiras.

Ago - Denunciou, na Câmara dos Deputados, o desvirtuamento de papel constitucional das FF AA brasileiras, ao comentar a intervenção de tropas federais na CB para impedir manifestações estudantis.

- Atacou violentamente a política econômico-financeira de Governo Federal.

Set - Condenou violentamente a invasão da Universidade de BRASÍLIA.

- Subscreeveu documento apoiando a ação apostolar de D HELDER CÂMARA.

- Atacou violentamente a política trabalhista do governo e o Ministro JARBAS PASSARINHO.

- Declarou que JK "foi, sem favor algum, o maior e melhor Presidente que já teve o Brasil desde a Proclamação da República".

- Na Câmara, acusou o Gen JAIME PORTELA de ser "a eminência parda do regime".

Out - Requereu, ao Min RONDON PACHECO, o inteiro teor do relatório da Sindicância do Gen GARRASTAZU MEDICI, Chefe do SNI, sobre a invasão da Universidade de Brasília.

- Na Câmara, procurou explorar politicamente o caso PARASAR.

Nov - Criticou as providências que visam a cassação do mandato de MÁRCIO MOREIRA ALVES.

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º

DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

GETÚLIO BARBOSA DE MOURA

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D - ANEXOS:
 - 1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
 - 2 - ENTREVISTAS À IMPRENSA
 - 3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

N8.PRO.CSS.119.8.P.11

DOC
"A"

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro, GB.,
Em 31 de janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 46 /SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor GETÚLIO BARBOSA DE MOURA, Deputado Federal pelo MDB, Seção do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do Art. 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades anti-revolucionárias desenvolvidas pelo indiciado, particularmente através de seus pronunciamentos e atos na Câmara dos Deputados, que o qualificam como um opositor sistemático e extremado aos princípios e anseios da Revolução de 1964.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS3.1.1 - Diário do Congresso18 AGO 67

"... com a promulgação da Carta de março do corrente ano, tivemos a impressão de que estávamos voltando ao regime da lei e da legalidade.

O confinamento do jornalista Hélio Fernandes foi uma advertência de que o Governo, através o Senhor Ministro da Justiça, queria fazer prevalecer, ainda, atos institucionais derogados pela Constituição, para aplicar pena a um jornalista. Agora, senhor Presidente, não tenho mais dúvida. A enchente revolucionária não voltou ao leito normal do rio da legalidade. Continua transbordando, criando dificuldades de toda ordem."

30 JAN 68

"... a Nação vive em sobressalto. Toda imprensa falada e escrita dá notícia de que o Brasil atravessa uma crise.

A crise, no meu entender, é artificial, criada pelo Governo, por aqueles que têm interesse em dar a impressão pública de que estamos atravessando uma fase de agitação para justificar medidas de violências, medidas ainda mais violadoras da Constituição do que aquelas usadas até agora."

07 FEV 68

A propósito do projeto de lei considerando

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 76 /SG-1/69 - 3 -)

municípios de interêsse para a Segurança Nacional:

"Ora, Sr. Presidente, isso parece uma medida final de provocação, porque se deseja, de facto, é estabelecer a infra estrutura para um Governo de fôrça, mas de fôrça absoluta, um Governo totalitário, porque até então, desde 64, vínhamos vivendo uma mascarada democrática. Já agora parece que o Governo prefere tirar as máscaras, às vespéras do carnaval, para dar à Nação êsse espetáculo doloroso de que não deseja e não quer que metade da população brasileira interfira na escolha dos seus prefeitos."

16 FEV 68

"... ontem a Câmara dos Deputados aprovou a reformulação do Conselho de Segurança Nacional. No nosso entender, foi um dos êrros mais graves já praticados por esta Casa, dando seu apoio, sua homologação ao decreto-lei do Presidente da República que criou um superministério."

21 FEV 68

"... enquanto não fôr decretada a anistia, enquanto não voltar ao País os que se encontram lá fora banidos daqui, enquanto não houver justiça social, enquanto não forem revogadas as leis de arrôcho salarial, enquanto não fôr modificada a Constituição, enquanto não forem adotadas as medidas de ordem jurídica legal, que sejam o prelúdio para essa pacificação, esta estará evidentemente verde."

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 16 /SG-1/69 - (4) -)

08 MAR 68

"Nunca vi um chamado movimento revolucionário como esse que aí está. Lembra um parasita num arame: às vezes é capas de florir, mas nunca cria raízes."

23 MAR 68

"Sr. Presidente, na pauta do Congresso Nacional está o chamado projeto dos ociosos. Isso evidencia como o golpe militar de 1º de abril é antes de tudo contraditório, irreal, inautêntico e não conseguiu até hoje ancorar na realidade brasileira."

27 MAR 68

"Tudo quanto se faça neste País sob o pretexto de pacificação não passa de um engodo, de verdadeira mentira, enquanto estiver com seus direitos políticos cassados o ex-Presidente JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, o homem que, quer queiram quer não, o povo espera ver ainda na Presidência da República."

22 ABR 68

"Sr. Presidente, Srs Deputados, comemora-se, hoje, o 4º aniversário da Revolução ou golpe de Estado de 1º de abril de 1964.

Foram quatro anos de violências desnecessárias com grave prejuízo para a Nação brasileira e, sobretudo, profundo infortúnio para o seu povo.

Era preciso que, para comemorar essa data, a Revolução tivesse a manchar o sol brasileiro o sangue de mais um estudante."

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 76 /SG-1/69

(5 -)

25 ABR 68

"... o movimento grevista que ora se opera em Minas Gerais, tem um efeito salutar: evidencia que o operário brasileiro, traumatizado com a Revolução de 64, começa a retornar a posse de seus direitos a reivindicações."

14 MAI 68

"Há uma involução: se, em 1888, aquêl Exército não queria fazer o papel de capitão do mato e prender escravos fugitivos, hoje, numa minoria rebelde, mas que quer falar em nome das Fôrças Armadas, concorda em prender estudantes, padres, operários, em en - carcerar o povo brasileiro."

"... antes de encerrar essas minhas considerações, quero salientar que nós não fazemos a distinção entre duas revoluções. Houve apenas uma revolução: a de 1º de abril, que, de acôrdo com as nossas tradições, é o dia de enganar os tolos. E o Brasil está nesse doloroso engano há quatro anos."

13 AGO 68

Defendendo a anistia para os estudantes:

"Sr. Presidente, isto evidencia que o Go - vêrno quer prosseguir na sua obra nefasta de dividir cada vez mais a família brasi - leira.

Ainda não compreendeu que já dividiu a própria Igreja, já dividiu os estudantes, já dividiu os operários, já dividiu o que há de mais presente, de mais atuante na vida

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 76 /SG-1/69 - 6 -)

nacional.

Mas parece que êsses Governos, que se apoiam na fôrça para o seu sucesso precisam exatamente dessa divisão e dessa inquietação, a fim de se manterem no poder."

30 AGO 68

"Já afirmei aqui, mais de uma vez, que o Govêrno é que fabrica as próprias crises. Para justificar, talvez, o ato impensado, de ausência completa de inteligência, de acuidade política, que foi a recusa do projeto de anistia, o Govêrno, através de sua polícia inconsciente, incompetente e violenta, invade a Universidade de Brasília, lança bombas de gás lacrimogênio, tiróteia os próprios estudantes, tudo isto para afirmar, amanhã, que não há ainda, clima para ser decretada a anistia."

31 AGO 68

"Então, verificamos que o glorioso Exército Nacional está hoje transformado naquele "capitão do mato", função que recusou ao tempo da escravatura. Hoje, a polícia consegue enviar jovens estudantes para as masmorras do Exército Nacional."

17 SET 68

"Sr. Presidente, Srs Deputados, continua o Brasil dentro de um túnel, sem luz, sem ar, sem oxigênio e sem perspectivas de futuro. Dentro dêsse quadro melancólico situa-se o Presidente da República, inteiramente omisso, enquanto à volta dêle conspira-se aber-

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 76 /SG-1/69 - 7 -)

tamente - e todos sabem que a ação subversiva não é da esquerda, mas da direita."

01 NOV 68

A propósito do pedido de licença para processar o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES:

"Assim, Sr. Presidente, eu, como velho parlamentar, apesar do meu pessimismo, tenho ainda a esperança de que esta Casa não conceda aquela licença, porque, antes de fazê-lo, deveria mandar - como já afirmei - ao Chefe do Governo as chaves do Congresso Nacional."

3.1.2 - Trechos Transcritos em órgãos da imprensa:

ULTIMA HORA - 15 DEZ 66

"Se houver um deus a inspirar essa Constituição, não tenho dúvidas em afirmar que ê se Deus terá sido Marte, o deus da guerra da mitologia grega."

CORREIO DA MANHÃ - 06 JAN 67

Manifestando-se acêrca do projeto da nova Lei de Imprensa:

"Hoje, se estabeleceu uma verdadeira camisa de força dentro da qual devem atuar os profissionais da imprensa."

ULTIMA HORA - 17 OUT 68

Acêrca da Exposição de Motivos em que o Ministro da Justiça propõe a cassação do mandato do Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES, clas-

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 76 /SG-1/69 - 8 -)

sificou, em nome da liderança do MDB, o documento de contraditório referindo-se aos "funerais do Poder Legislativo que, diante da violência, não terá mais condições para funcionar, restando aos seus integrantes apenas entregar ao Executivo as chaves da Casa."

3.2 - DA INFORMAÇÃO DO SNI

3.2.1 - Em 1956

- Viajou pelos países da "Cortina de Ferro", a convite da UNIÃO SOVIÉTICA. Estêve na HUNGRIA, POLÔNIA, TCHESCOLOVAQUIA, BULGÁRIA e CHINA. Foi o orador que respondeu à saudação feita aos parlamentares brasileiros, no Parlamento da CHINA.
- Deu entrevista, quando do seu regresso, ao jornal comunista "IMPRESA POPULAR" (Anexo 2.2)
- Compareceu a jantar comemorativo da fundação do Instituto Cultural Sino-Brasileiro (ou Associação Cultural BRASIL-CHINA), organização de caráter comunista.

3.2.2 - Em 1957

- Vendeu automóvel importado com isenção de direitos (Lei Cadillac).

3.2.3 - Em 1964

- Assinou manifesto "Apêlo de VIENA contra a Preparação da Guerra Atômica" e conclamou o povo fluminense a também subscrevê-lo.

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 76 /SG-1/69 - 9 -)

3.2.4 - Em 1965

- No Congresso Nacional, protestou contra a tentativa de humilhar o ex-presidente JUSCELINO KUBITSCHEK por meio dos IPMS em que êle estava intimado a responder.

Afirmou "que são essas mesquinhas que o povo não pode compreender e que há de manifestar através do voto, sua repulsa a tais atos."

3.2.5 - Em 1966

- Abordando o problema da estabilidade, disse estar informado de que o Governo pretende extingui-la "de um só golpe".

- Proferiu discurso na Câmara dos Deputados, quando da cassação de mandatos de deputados pelo Governo Revolucionário, aplaudindo a resistência oferecida pelo Congresso e afirmando: "Precisavamos disto para que o País compreendesse que temos sido vítimas de violência de tãda ordem.....".

- Atacou o projeto de Constituição enviado à Câmara pelo Presidente CASTELO BRANCO.

3.2.6 - Em 1967

- Condenou com veemência a nova Lei de Imprensa.

- Ocupou a tribuna da Câmara, para pedir ao Ministro do Exército, "que restabeleça a disciplina em sua tropa, evitando que um coronel e um capitão, conhecidamente golpistas e esquizofrênicos, continuem a incursionar pelo Rio de Janeiro, a depor pre

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 76 /SG-1/69 - 10 -)

feitos e a coagir as Câmaras Municipais",

3.2.7 - Em 1968

- Condenou o projeto que considera diversos municípios de interêsse para a Segurança Nacional.
- Considerou um grave êrro do Poder Legislativo, ter aprovado o Decreto-Lei sôbre a reformulação do Conselho de Segurança Nacional.
- Defendeu a concessão de anistia irrestrita aos punidos sem processo legal.
- Encabeçou na Câmara, numerosas manifestações a respeito do 4º aniversário da Revolução, criticando-a com veemência.
- Denunciou, o desvirtuamento do papel constitucional das Fôrças Armadas Brasileiras, ao comentar a intervenção de tropas federais na GUANABARA, para impedir manifestações estudantis.
- Atacou violentamente, a política econômico-financeira e trabalhista do Govêrno.
- Subscreveu documento apoiando a ação apostolar de D. HELDER CÂMARA.
- Criticou as providências governamentais quando do episódio MÂRCIO MOREIRA ALVES.

3.3 - INFORME Nº 2914 - EME, DE 14 SET 66

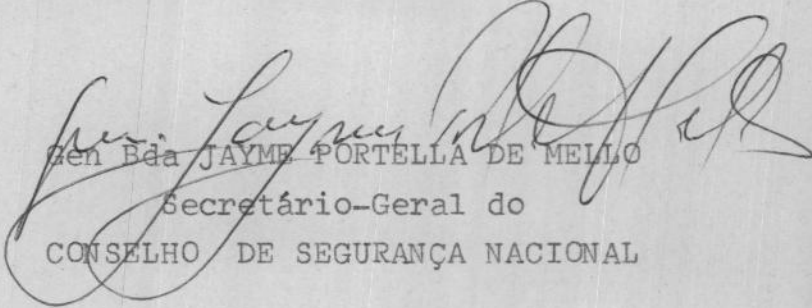
A propósito de elementos candidatos à Câmara Federal:

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 76/SG-1/69 - 11-)

- "Elemento ligado ao PC (NOVA IGUAÇU) desde 1938. Visitou países da Cortina de Ferro. Envolvido nos escândalos da Prefeitura de Nova Iguaçu".

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Art. 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor GETÚLIO BARBOSA DE MOURA, consoante dispõe o Art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Exce^lência os meus protestos do mais profundo respeito.


Gen. Eda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

N8.PRO.CSS.119.8.P.24

DOC
"B"

B - FICHA

INDIVIDUAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 082	2. DATA: 14/1/69
3. NOME: GETÚLIO BARBOSA DE MOURA	
4. FILIAÇÃO: JOAQUIM MARIANO DE MOURA e AMÉLIA BARBOSA DE MOURA	
5. DATA DE NASCIMENTO: 10 Jun 1903	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: Itaguaí/RJ	
8. PROFISSÃO: Advogado - Deputado Federal	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA: Brasília - SQ 105 Bl 6 Aptº 203 - Tel 2.9272 Nova Iguaçu/RJ - Rua Getúlio Vargas nº 79 - Tel 45	

G311M

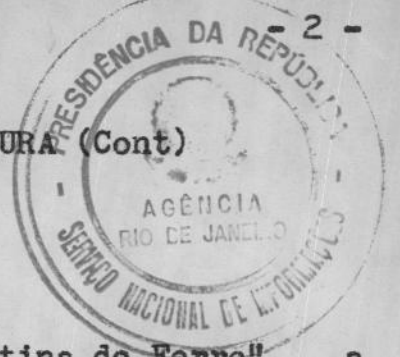
GETÚLIO MOURA (GETÚLIO BARBOSA DE MOURA), M.D.B., ANTES P.S.D., RIO DE JANEIRO. PROF.: ADVOGADO. NASC.: 10 DE JUNHO DE 1903, ITAGUAÍ, RJ. FIL.: JOAQUIM MARIANO DE MOURA E AMÉLIA BARBOSA DE MOURA. CÔNJ.: MARIA BARBOSA DE MOURA. FILHOS: GETÚLIO E GILDA. EST. E GRAUS UNIV.: BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS PE LA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO (1931). LEGISL.: 1946 (CONSTITUINTE), 1946-1951, 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963, 1963-1967. PRINC. FATOS DA VIDA PARL. E ADM.: VEREADOR E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, RJ. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, RJ. VICE-PRESIDENTE E PRESIDENTE DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL. SECRETÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2º SECRETÁRIO DA MESA (1947-1948); E PRESIDENTE DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS, REDAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO, JUSTIÇA E ORÇAMENTO, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA OS ASSUNTOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. MISSÕES NO EXT.: EMBAIXADOR EXTRAORDINÁRIO EM HONDURAS. VIAGENS DE ESTUDOS SÔBRE O TEMA FERROVIÁRIO NA EUROPA, ÁSIA E AMÉRICA, POR NOMEAÇÃO DO PODER EXECUTIVO. TRAB. PUBL.: JOSE DO PATROCÍNIO. END.: SQS 105, BL. 6, AP. 203, BRASÍLIA, DF. RUA DA QUITANDA, 20, s/102, RIO DE JANEIRO, GB. RUA GETÚLIO VARGAS, 79, NOVA IGUAÇU, RJ.

N8.PRO.CSS.119.8.P.28

DOC
"C"

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL
DE INFORMAÇÕES

Ficha Individual de GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (Cont)



12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal, MDB, R.J.
- Viajou pelos países da "Cortina de Ferro", a convite da UNIÃO SOVIÉTICA.
- Foi o orador que respondeu à saudação feita aos parlamentares brasileiros, no parlamento da CHINA COMUNISTA.
- Deu entrevista ao jornal comunista "Imprensa Popular" sobre sua viagem a REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.
- Compareceu a solenidade de fundação do Instituto Cultural SINO-BRASILEIRO, Organização de Frente comunista.
- Acompanhou delegação enviada pela CHINA COMUNISTA ao BRASIL.
- Vendeu automóvel importado com isenção de direitos.
- Assinou manifesto "Apêlo de Viena contra a Preparação da Guerra Atômica" e dirigiu apêlo ao povo fluminense para que também o subscrevesse.
- Defendeu JUSCELINO KUBITSCHEK, no Congresso, por diversas vezes.
- Atacou, seguidamente, tôdas as medidas tomadas pelos governos revolucionários, sua política econômica, salarial, Leis de Imprensa, Segurança, Municípios de Segurança Nacional, Constituição de 1967, etc.
- Foi citado no IPM da Caixa Econômica Federal.
- Promoveu campanha contra a atuação do Capitão RIBAMAR ZAMITH, no Estado do RIO DE JANEIRO.
- Defendeu a concessão da anistia geral.
- Acusou o Gen JAIME PORTELA de ser a "eminência parda" do regime.
- Explorou politicamente o chamado "caso PARASAR".

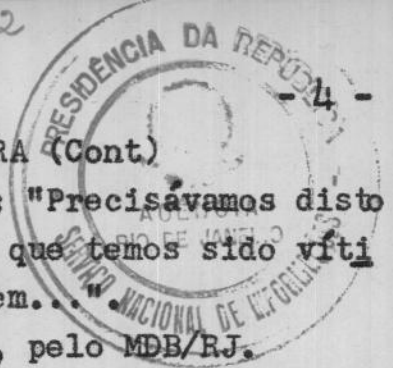
13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1956 -
- Viajou pelos países da "Cortina de Ferro", a convite da UNIÃO SOVIÉTICA. Estêve na HUNGRIA, POLÔNIA, TCHECOSLOVÁQUIA, BULGÁRIA, e CHINA. Foi o orador que respondeu à saudação feita aos parlamentares brasileiros, no Parlamento da CHINA. Via -



Ficha Individual de GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (Cont)

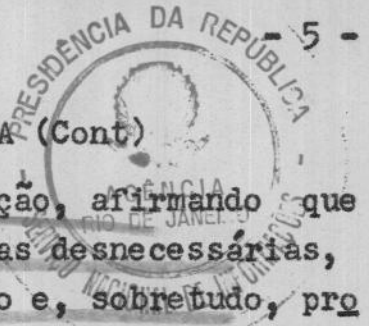
- jou com mais 12 deputados, chefiados pela Deputada IVETE VARGAS.
- Jul - Deu uma entrevista ao jornal comunista "Imprensa Popular", declarando haver feito um discurso em PEQUIM, quando da visita de parlamentares brasileiros a países da "Cortina de Ferro".
- Set - Compareceu a jantar comemorativo da fundação do Instituto Cultural Sino-Brasileiro (ou Associação Cultural Brasil-China), Organização de Frente comunista.
- Acompanhou a Delegação enviada pela CHINA COMUNITA para realizar contato, com a indústria, o comércio e os meios financeiros brasileiros.
- 1957 - Out - Vendeu automóvel importado com isenção de direitos (Lei Cadillac).
- 1962 - Out - Reeleito Deputado Federal pelo PSD do Estado do RJ.
- 1964 - Mai - Assinou o manifesto "Apelo de Viena contra a Preparação da Guerra Atômica" e conclamou o povo fluminense a também subscrevê-lo.
- 1965 - Dez - No Congresso Nacional, protestou contra a tentativa de humilhar o ex-Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK por meio dos IPM em que ele estava intimado a responder. Afirmou "que são essas mesquinhas que o povo não pode compreender e que há de manifestar, através do voto, sua repulsa a tais atos." Pôs em relêvo a posição do PSD na conjuntura nacional, afirmando que o propósito do seu Partido é de harmonização e não de revanchismo contra a Revolução.
- 1966 - Jun - Abordando o problema da estabilidade, disse estar informado de que o Governo pretende extingui-la / "de um só golpe".
- Ago - Acusou, o Comandante OSVALDO LINS, Administrador do Porto do Rio de Janeiro, de corrupto e ditatorial.
 - Requereu a transcrição de manifesto do Gen KRUEL nos anais da Câmara, afirmando: "Ninguém conhece a propalada ação revolucionária do Mal CASTELO / BRANCO. Sabe-se, apenas, que ele teve a habilidade de conquistar o poder, ainda que não tivesse de flagrado a revolução".
- Out - Proferiu discurso na Câmara de Deputados, quando da cassação de mandatos de deputados pelo Governo Revolucionário, aplaudindo a resistência ofereci-



Ficha Individual de GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (Cont.)

da pelo Congresso e afirmando: "Precisávamos disto para que o País compreendesse que temos sido vítimas de violências de toda ordem..."

- Out - Foi reeleito Deputado Federal, pelo MDB/RJ.
- Dez - Referindo-se ao Projeto de Constituição que o Mar CB enviou à Câmara, afirmou que "o deus da guerra inspirou a nova Carta".
- 1967 - Jan - Condenou com veemência a nova Lei de imprensa.
- Fev - No IPM da Caixa Econômica Federal, consta que, durante o Governo JOÃO GOULART, encaminhou requerimentos solicitando empréstimos imobiliários para terceiros, à CEF, no valor total de quinze milhões de cruzeiros.
- Ago - Apresentou requerimento na Câmara dos Deputados, solicitando a convocação do Min da Justiça, Sr GAMA E SILVA, a fim de prestar esclarecimentos sobre as providências que adotou em favor da preservação da ordem jurídico-constitucional vigente, reiteradamente violada pela ação subversiva do Cap JOSÉ RIBAMAR ZAMITH, Cmt de uma Companhia de Polícia do Exército sediada na GB".
- Out - Ocupou a tribuna da Câmara para pedir, ao Ministro do Exército, "que restabeleça a disciplina em sua tropa, evitando que um coronel e um capitão, conhecidamente golpistas e esquizofrênicos, continuem a incursionar pelo RJ, a depor prefeitos e a coagir as Câmaras Municipais".
- Declarou-se "indignado com essa mesquinha e sobretudo contra a descortesia que se praticou contra um ex-Chefe de Estado", ao comentar o pedido feito para que JK prestasse declarações sobre suas atividades políticas.
- 1968 - Jan - Afirmou, na Câmara dos Deputados, que "a crise artificial que vive o País é obra do Poder Executivo, que procura criar um clima falso para justificar a edição do Ato Institucional nº 4".
- Fev - Condenou o projeto que incluiu diversos municípios em área de interesse da Segurança Nacional.
- Afirmou que o Poder Legislativo cometeu um grave erro aprovando o Decreto-Lei sobre a reformulação do CSN.
- Abr - Defendeu a concessão de anistia irrestrita aos punidos sem processo legal.
- Encabeçou, na Câmara, numerosas manifestações sobre



Ficha Individual de GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (Cont)

bre o 4º aniversário da Revolução, afirmando que "foram quatro anos de violências desnecessárias, com grave prejuízo para a Nação e, sobretudo, profundo infortúnio para o povo, sendo preciso, para comemorar essa data, que a Revolução tivesse de manchar o solo com o sangue de mais um estudante".

- 1968 - Jul - Sua candidatura ao Governo do Estado do RIO DE JANEIRO, foi lançada pelo Dep Est MDB/RJ - DARCÍLIO AYRES.
- Condenou a venda da FNM, afirmando que o Governo prossegue na sua obra de desnacionalizar as indústrias brasileiras.
- Ago - Denunciou, na Câmara dos Deputados, o desvirtuamento de papel constitucional das FF AA brasileiras, ao comentar a intervenção de tropas federais na GB para impedir manifestações estudantis.
- Atacou violentamente a política econômico-financeira de Governo Federal.
- Set - Condenou violentamente a invasão da Universidade de BRASÍLIA.
- Subscreeveu documento apoiando a ação apostolar de D HELDER CÂMARA.
 - Atacou violentamente a política trabalhista do governo e o Ministro JARBAS PASSARINHO.
 - Declarou que JK "foi, sem favor algum, o maior e melhor Presidente que já teve o Brasil desde a Proclamação da República".
 - Na Câmara, acusou o Gen JAIME PORTELA de ser "a eminência parda do regime".
- Out - Requereu, ao Min RONDON PACHECO, o inteiro teor do relatório da Sindicância do Gen GARRASTAZU MEDICI, Chefe do SNI, sobre a invasão da Universidade de Brasília.
- Na Câmara, procurou explorar politicamente o caso PARASAR.
- Nov - Criticou as providências que visam a cassação do mandato de MÁRCIO MOREIRA ALVES.

D - A N E X O S

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

2 - ENTREVISTAS À IMPRENSA

3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

N8.PRO.CSS.119.8.P.35

ANEXO

1

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1.1 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 18 AGO 67
- 1.2 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 30 JAN 68
- 1.3 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 07 FEV 68
- 1.4 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 16 FEV 68
- 1.5 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 21 FEV 68
- 1.6 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 08 MAR 68
- 1.7 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 23 MAR 68
- 1.8 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 27 MAR 68
- 1.9 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 02 ABR 68
- 1.10 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 25 ABR 68
- 1.11 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 14 MAI 68
- 1.12 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 13 AGO 68
- 1.13 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 30 AGO 68
- 1.14 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 31 AGO 68
- 1.15 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 17 SET 68
- 1.16 - DIÁRIO DO CONGRESSO - 01 NOV 68
- 1.17 - TRECHO TRANSCRITO EM ÚLTIMA HORA - 15 DEZ 66
- 1.18 - TRECHO TRANSCRITO NO O JORNAL - 06 JAN 67
- 1.19 - TRECHO TRANSCRITO EM ÚLTIMA HORA - 15 OUT 68
- 1.20 - RESUMO DE PRONUNCIAMENTOS - SNI.

CONGRESSISTA: *GETULIO MOURA*

PROJETO N.º

CÂMARA

N.º

SENADO

DC de 18 / 8 / 64 / CD-SF-CN Pg 4555

DO N.º / de / /

O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, com a promulgação da Carta de março do corrente ano, tivemos a impressão de que estávamos voltando ao regime da lei e da legalidade.

O confinamento do jornalista Hélio Fernandes foi uma advertência de que o Governo, através o Senhor Ministro da Justiça, queria fazer prevalecer, ainda, atos institucionais derogados pela Constituição, para aplicar pena a um jornalista. Agora, Senhor Presidente, não tenho mais dúvidas. A enchente revolucionária não voltou ao leito normal do rio da legalidade. Continua transbordando, criando dificuldades de toda ordem.

Ainda há 48 horas, na Baixada Fluminense, no Município que tem população maior que a da própria Capital do Estado, cidade da mais alta civilização e da mais alta cultura política, fez-se o impedimento de um Prefeito, sob a pressão *manu militari*, enquanto o titular do cargo se encontra na Alemanha, a convite do Governo daquele País, participando de um Seminário de Administração Municipal.

Pelas informações que pude receber, Senhor Presidente, ouvindo vereadores daquela Cidade, através do telefone, a minha impressão é de que os fatos se teriam verificado da seguinte forma: Dois vereadores, numa Câmara de 19, formularam uma denúncia de corrupção contra o Prefeito, mas foram levá-la, não à Câmara Municipal, mas ao Coronel Mendonça, Comandante do Paol de Paracambi, que é também um dos tutores militares da Baixada Fluminense. O Coronel Mendonça declarou que, em se tratando de Nova Iguaçu, a jurisdição era do Capitão Zanite, de Deodoro, na Guanabara, Comandante de uma Companhia da Polícia do Exército.

Os dois vereadores entraram em entendimento com o Capitão Zanite e, ao regressarem, já alta noite, os Vereadores Luiz Carlos de Freitas e Almir Fernandes procuraram os seus colegas de Nova Iguaçu para declararem que o Capitão Zanite dera prazo até às 7 horas da manhã para que eles impedissem o Prefeito e o Vice-Prefeito, sob pena de impedir 19, vale dizer, a Câmara inteira.

É bom se saliente que o Capitão Zanite, na sua infiltração, já havia colocado cerca de 20 soldados da Polícia do Exército matriculados no Gíllasio Monteiro Lobato de Nova Iguaçu, que é uma espécie de cabeçade-ponte que é mantido dentro daquela Cidade.

Pois bem. A Câmara reuniu-se às 2 horas da madrugada, e deliberou mandar uma Comissão de dez dos seus membros entender-se com o Capitão Zanite. Este, então, entregou à Comissão documentos que teriam sido fornecidos por ex-funcionários da Prefeitura que haviam sido exonrados e que apontaram o Prefeito e o Vice-Prefeito, como passíveis do crime de corrupção. A Câmara reuniu-se e, às 3 horas da madrugada, decretou o impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, empossando em seguida o seu Presidente.

Senhor Presidente, não conheço a natureza das acusações formuladas contra o Prefeito e o Vice-Prefeito; e, desse modo, não posso, neste instante, fazer a defesa de qualquer deles. Por isso, sem entrar no mérito das acusações, quero estranhar, quero proffigar, desta tribuna o método usado. Não é possível que um Capitão do Exército, quem quer que

ele seja, tenha condições para obrigar Vereadores a decretar o impedimento de prefeitos. Se isto acontece ali, nas proximidades da Guanabara, numa Cidade densamente povoada e do mais alto conceito deste País, que podemos esperar pelo interior do País, onde qualquer subdelegado é às vezes autoridade preponderante?

Quero, por isso, Senhor Presidente, denunciar a violência praticada contra o Prefeito e o Vice-Prefeito de Nova Iguaçu, e fazer um apelo ao Ministro da Guerra, General Lira Tavares, para que S. Ex.ª consiga disciplinar o Capitão Zanite, a fim de que não tenhamos seguidamente essas incursões, contrárias a todo e qualquer princípio de legalidade.

Desejo saber também se o Ministro da Justiça, a quem cabe zelar pela ordem jurídica deste País, vai adotar providências para impedir essa intromissão indebita de elementos militares na vida civil. Isto evidencia que a revolução ainda está em curso, com todos os seus comemorativos, com todas as suas violências, não respeitando a vontade do eleitorado.

Voltarei oportunamente a esta tribuna, porque devo regressar hoje a meu município para ter conhecimento mais perfeito dos fatos que ali se desenvolveram, mas, de qualquer forma, deixo aqui meu protesto veemente e indignado pelo método usado no sentido de afastar dos cargos públicos que foram eleitos pela vontade livre do povo brasileiro. (Muito bem.)

Dep. Getúlio Albuquerque (MDB - RJ)
1.1- 30/01/68 pag. 425

Refere-se à Decretação do AI
no 4, Neutilizada pelo Senador
da República.



O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação vive em sobressalto. Toda a imprensa falada e escrita dá notícia de que o Brasil atravessa uma crise.

A crise, no meu entender, é artificial, criada pelo Governo, por aqueles que tem interesse em dar a impressão pública de que estamos atravessando uma fase de agitação para justificar medidas de violências, medidas ainda mais violadoras da Constituição do que aquelas usadas até agora.

Não acredito que o Brasil esteja em uma crise de ordem política, crise grave que esteja a exigir remédios heróicos. Mas, quando um Senador da República afirma — e ele pertence ao partido do Governo, e é inclusive membro da Mesa do Senado — que se cogita de decretar o quarto Ato Institucional, tem a razão para estarmos inquietos, porque o que se está buscando é criar clima falso que possa amanhã justificar uma medida extrema, como a promulgação de novo ato institucional. No passado, isto só era possível em seguida a uma revolução. Mas depois do último governo, que decretou o primeiro, o segundo e o terceiro, o ato institucional já não é mais o fruto de uma revolução, já é um remédio que se utiliza no curso da própria Constituição, para violá-la e para violentar os direitos dos cidadãos.

Acho que todos os homens democratas deste País devem estar realmente alertas, mas contra essas manobras, contra esse artificialismo que tem um único objetivo: enturecer a linha do Governo para acabar de vez com estes pequenos vagidos democráticos que ainda se ouvem dentro desta Nação, metida numa camisa de força, que é a Constituição do ano passado.

Por esta razão, Sr. Presidente, quero deixar aqui consignado esse aspecto, no meu entender, profundamente verdadeiro. Não há crise de espécie alguma, não há crise institucional. O Governo não tem de decretar ato algum de força. Ele tem uma Constituição que já deu ao Poder Executivo todos os meios para o exercício de uma quase ditadura, não se justificando, por isso, que se pretenda, ainda assim, lançar mo de outros instrumentos. (Muito bem.)

CONGRESSISTA: *GETULIO MOURA*

PROJETO N°

N°

CAMARA

SENADO

ANEXO N.º 1,3

DC de 071 021 681 CD-866M Pg 630

DO N° / de / /

N8.PRO.CSS.119.8.P.39

*Propostas de Municípios
na Área de Seguros*

O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meio político nacional está intranquillo, inquieto e, podemos dizer mesmo, desarvorado. Tudo isto em razão da inabilidade do Sr. Ministro da Justiça, que teria preparado um decreto-lei extinguindo a autonomia de mais de duas centenas de municípios brasileiros. Na minha região, vários municípios são também atingidos, e entre eles, Duque de Caxias, Cabo Frio, Petrópolis, sem que se conheça uma razão plausível de ordem de Segurança nacional que justifique a medida. Ontem, li uma declaração do Ministro de que a imprensa estava exagerando ou, usando a sua expressão, "fazendo barri-ga", porque só ele e Costa e Silva conhecem o exato texto do decreto. Mas, na verdade, o Ministro não desmentiu que houvesse elaborado esse projeto e levado à consideração do Presidente da República.

Ora, Sr. Presidente, isso parece uma medida final de provocação, porque se deseja, de fato, é estabelecer a infra-estrutura para um Governo de força, mas de força absoluta, um Governo totalitário; porque até então, desde 64, vínhamos vivendo uma máscara democrática. Já agora parece que o Governo preferiu tirar as máscaras, às vésperas do carnaval, para dar à Nação esse espetáculo doloroso de que não deseja e não quer que metade da população brasileira interfira na escolha dos seus prefeitos.

Ora V. Exa. sabe, municipalista que é, que o município é a célula da nossa democracia. Toda a organização brasileira se apóia na autonomia do município. Retirada essa autonomia, não existe mais democracia, não existe Constituição, nada! Existe apenas o caos, a desordem, ou um Governo de força. Por, isso, Sr. Presidente, nesta rápida intervenção, quero deixar claro e seguro o meu protesto veemente e indignado contra essa possibilidade! Mas acredito que os assessores do Presidente da República tenham um pouco de bom-senso e aconselhem S. Exa. a nunca dar a lume este famigerado decreto, porque seria o fim do regime democrático no País.

Quero aproveitar a oportunidade de estar nesta tribuna para declarar que recebi memorial dos ferroviários da Central do Brasil. Residindo em Engenho de Dentro, em terrenos da Central do Brasil, cerca de 59 servidores estão ameaçados de despejo, apesar de terem construído suas casas em terrenos sem serventia para a Rede Ferroviária Federal.

Apelo à Rede Ferroviária Federal para que venda esses terrenos aos seus servidores, a exemplo do que fiz quando Vice-Presidente da Rede, ao determinar a venda dos terrenos da Ilha da Conceição, medida pela qual regulei a situação de centenas de servidores. Que a Rede Ferroviária Federal mande vender os terrenos de Engenho de Dentro, ocupados por casas construídas por servidores da própria empresa. (Muito bem).

✓

CONGRESSISTA: *GETULIO MOURA*

PROJETO N°

CAMARA

N°

SENADO

ANEXO N.º *1.4*

DC de *161 02168* | *CLCF*-CN Pg 50

DO N° - / de / /

N8. PRO. CSS. 119.8.P.40

O SR. GETULIO MOURA:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente e Srs. Congressistas, ontem, a Câmara dos Deputados aprovou a reformulação do Conselho de Segurança Nacional. No nosso entender foi um dos erros mais graves já praticados por esta Casa, dando seu apoio, sua homologação ao decreto-lei do Presidente da República que criou um superministério.

Sr. Presidente, terá verificado. V. Ex.^a — como todos nós — que, dentro daquele diploma legal, estão incluídos todos os Ministérios e todas as matérias, as mais transcendentes, deste País. Poderá o Governo com o Conselho de Segurança Nacional presidir o País sem se preocupar com o Congresso Nacional ou com as forças vivas da Nação. Somente os elementos ali consubstanciados, que atingem todas as matérias de interesse nacional, somente ali, o Governo terá o instrumento adequado aos seus princípios e às suas tendências antidemocráticas, para dar ao País uma administração que não corresponde aos anseios do povo.

Por isto, Sr. Presidente, ficamos assim um pouco melancólicos, porque se o Governo, através de decreto-lei, pratica uma violência, procura criar um diploma legal contrário às nossas necessidades sobretudo à volta ao regime democrático, justo seria que a Câmara dos Deputados e o Senado

não dessem o seu apoio, o seu voto, nem homologassem aquilo que não corresponde, evidentemente, aos nossos anseios de povo livre e democrático!

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar aqui, nesta pequena intervenção a minha profunda decepção ao verificar que somente quando são atingidas as áreas municipais conseguimos que o Congresso reaja! Fora daí o Governo poderá praticar todo e qualquer ato de violência que estaremos aqui prontos, com a nossa chancela, para dar o verniz de legalidade àquele ato contrário às necessidades do povo brasileiro.

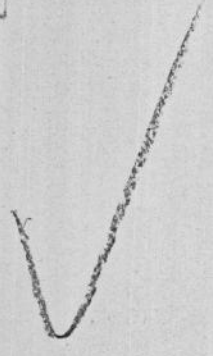
Queria deixar aqui consignado este meu ponto-de-vista, porque, ontem, estava inscrito para encaminhar a votação, mas como só poderia falar um representante de cada Partido e já havia alguém inscrito, não me foi possível — sendo eu o segundo, inscrito — fazer uso da palavra.

Queria, então, que os Anais da Câmara registrassem o meu ponto-de-vista absolutamente contrário àquele diploma legal a que a Câmara dos Deputados deu seu aplauso, fato que todos nós lamentamos profundamente.

Quanto ao Senado sabemos que a Casa é muito mais fechada e, assim, as dificuldades com que se defronta a Oposição ali são bem maiores do que aqui. Mas, de qualquer forma, ontem, nós, em verdade, praticamos ato dos mais sérios e graves da vida parlamentar do País. (*Muito bem*)

críticas à reformulação do Conselho de Segurança Nacional

J. Moura



CONGRESSISTA: *GETULIO MOURA*

PROJETO N°

CAMARA

N°

SENADO

DC de *21/02/68* ~~1968~~-CN Pg 80

ANEXO N.º 15

DO N° / de / /

N8.PRO.CSS.119.8.P.41

O SR. GETULIO MOURA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, continuamos todos na mesma inquietação relativamente aos destinos políticos deste País.

O Governador Luiz Vianna Filho, desejando seguir a tradição da Bahia que, através de Otávio Mangabeira, logrou a chamada coalisão partidária ao tempo do Marechal Eurico Dutra, iniciou gestões, hoje denominadas de pacificação. Mas confesso que, apesar de ser S. Exa. um homem inteligente, de grande acuidade mental acho que o governador da Bahia não se muniu dos instrumentos necessários para sensibilizar a opinião pública com seu chamado movimento de paz.

Todos desejamos a pacificação da família brasileira. Entendemos mesmo que este País não voltará aos rumos democráticos nem a uma era de desenvolvimento, sem que possamos restabelecer, o mais rapidamente possível, uma confiança recíproca, respeito às liberdades públicas, aos direitos individuais.

De modo que, com relação ao movimento do Governador da Bahia, em princípio ninguém pode ser contrário à idéia de pacificação, mas para isso é preciso que S. Exa. dê as condições mínimas para essa pacificação.

Sem sombra de dúvida, nós da Oposição, do MDB, não desejamos uma pacificação que signifique rendição em nossos princípios, em nossas idéias, em nossas teses.

Se o Governador da Bahia, no entendimento com o Presidente da República, lograr da parte deste a transigência indispensável à concessão daquelas medidas consideradas mínimas para que possamos viver com dignidade, com liberdade e com maior felicidade dentro deste País, acredito que a Oposição não veria com má vontade nenhum movimento tendente a apaziguar e a restabelecer a tranquilidade nacional.

É claro, Sr. Presidente, que, enquanto não for decretada a anistia, enquanto não voltar ao País os que se encontram lá fora banidos daqui, enquanto não houver justiça social, enquanto não forem revogadas as leis de arrocho salarial, enquanto não for modificada a Constituição, enquanto não forem adotadas as medidas de ordem jurídica legal, que sejam o prelúdio para essa pacificação, esta estará evidentemente verde.

Nosso apelo é no sentido de que o Governador da Bahia consiga com o Presidente da República aquela transigência indispensável ao entendimento amplo, sincero e honesto com a Oposição. (Muito bem.)

Pacificação perpetuada pelo Governador Luiz Vianna Filho

V

N8. PRO. ESS. 119.8.P.42

O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, fala-se muito em pacificação. Em principio ninguém pode ser contrário à ideia de harmonizar a família brasileira.

Invoca-se o precedente do período do Presidente Dutra, mas ele não encontra paralelo algum com a situação atual.

Naquele tempo vivíamos numa completa normalidade constitucional. Somente a UDN, fora do poder, aspirava a chamada coalizão para ter acesso aos cargos do Governo. Mas não havia questão grave, séria, de princípios, de ideias, ou de métodos de ação. Na verdade, o Brasil atravessava um dos períodos mais tranquilos de sua vida republicana. A frente do Governo, a figura admirável do Marechal Eurico Gaspar Dutra, homem com extraordinário amor à Constituição. E acredito mesmo que ninguém neste País, nem juízes, nem bacharéis, respeitaram tanto a Constituição como o Marechal Eurico Gaspar Dutra. De modo que nessa fase foi fácil a Otávio Mangabeira, com sua enorme habilidade, conseguir que o Governo de então admitisse uma fórmula de entendimento entre PSD, UDN e Governo. E, hoje, quando o Governador da Bahia, nosso amigo e estimado colega Luiz Viana se apresenta como pioneiro nessa jornada, evidentemente ele se escuda nesse passado em que Otávio Mangabeira teve êxito. Mas as condições foram profundamente diferentes. De forma que não acredito possamos ter êxito em qualquer tipo de conciliação, sem que o Governo faça inicialmente uma abertura democrática.

Ora, Sr. Presidente, não é possível falar em conciliação e em pacificação, quando estão no exterior figuras representativas não apenas da política mas da ciência, da cultura nacional, quando os cárceres estão aí com várias pessoas detidas a responder pelos chamados crimes de subversão e de corrupção; quando nós estamos dentro deste País sujeitos a uma legislação eleitoral que é a negação da própria democracia, através do voto indireto, com o qual a Revolução deseja perpetuar-se no poder. Esta é a grande verdade: no dia em que forem abertas as urnas neste País, vai fechar-se o chamado ciclo revolucionário, porque a revolução não conseguiu sensibilizar as massas, não conseguiu sensibilizar nem a classe média. Nunca vi um chamado movimento revolucionário, com o êxito que aí está. Lembra um parasita num arame: às vezes é capaz de florir mas nunca cria raízes.

Sr. Presidente, eu, que sou inclinado a todo e qualquer sentimento de paz, de harmonia, que é a constante do

brasileiro, católico e sentimental, gostaria muito que pudesse haver a pacificação da família brasileira, mas dentro de molde em que fossem respeitadas acima de tudo os princípios democráticos. Mas essa pacificação de que são arautos o Governador da Bahia e, agora, também o Ilustre Ministro do Exterior, não é pacificação, é adesão. E o desejo apenas de que entendemos para o carro vitorioso da Revolução, o que não é absolutamente possível.

Se o Governo, em verdade, deseja pacificar a família brasileira, tem em suas mãos todas as armas para dar a nós todos confiança nesse movimento. Comece S. Ex.ª por mandar mensagem a esta Casa restabelecendo o voto secreto e direto para a eleição de Presidente da República. Desista S. Ex.ª de atingir mais de 500 municípios do Brasil com aquele princípio de zonas de segurança nacional, para excluir daí a eleição direta dos seus prefeitos e das Câmaras Municipais. Melhore as chamadas leis de arrocho salarial. Diminua a fome do povo brasileiro. Faça isso para que então possamos, dentro desse clima elevado de harmonia e de confraternização, admitir que a Revolução deseja, em verdade, consolidar-se através de um gesto magnânimo, que seria a pacificação em moldes de dignidade e nunca de simples adesão.

Por estas razões, Sr. Presidente, lamento não aceitar e ter de discordar da pacificação que se propõe, por que ela não traz os elementos indispensáveis a sua aceitação. E lamento muito que um homem que se tem comportado admiravelmente no Ministério das Relações Exteriores, como o Ministro Magalhães Pinto — e poderia mesmo dizer que, dentro da atual função do Governo que aí está, é o único que tem mantido uma atitude de correção, uma atitude de equilíbrio, uma atitude de coragem, inclusive em nossas relações exteriores, colocando-nos em situação muito boa perante o mundo — venha também a falar em pacificação, sem apresentar os elementos indispensáveis à própria pacificação.

De modo que, Sr. Presidente, pacificação dessa forma não podemos aceitar. Preferimos continuar na Oposição, na nossa trincheira, porque as condições de hoje não são as mesmas de 1977 (Muito bem.)

Pacificação

CONGRESSISTA: Getúlio Moura

PROJETO N.º

CAMARA

N.º

SENADO

DC do 23/3 1681 CD-~~11~~-~~11~~ Pg 9

DO N.º / de / /

O ilustre Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, é um homem inteligente, culto, uma brilhante inteligência da atual geração, mas é um teórico, um homem que está desvinculado da realidade brasileira. Não é possível que se pretenda mandar para casa os funcionários considerados ociosos — e o Governo fica ainda com o arbítrio da decisão final — quando o próprio Governo contrata novos empregados e permite que os outros Poderes também o façam. O razoável seria que esta lei, ao invés de apenas conceder licença ao funcionário, desse ao Governo a faculdade de transferir para os outros Poderes carentes de servidores aqueles considerados excessivos nos quadros do funcionalismo federal.

Mas, Sr. Presidente, estamos assistindo a coisas que estarrecem, porque demonstram que o Governo não sabe bem o que deseja: qual o seu rumo, qual o seu norte tem sido «hode expiatório» desse movimento chamado revolucionário o operário e o servidor público. Parece que todas as mazelas neste País têm origem no funcionalismo civil, militar e, também, nos operários nacionais, porque toda medida do Governo é no sentido restritivo das regalias e vantagens desses servidores. Mas agora atingimos, no meu entender, o auge. Este projeto vai evidenciar que não temos, em verdade, nada apurado relativamente aos quadros do funcionalismo nacional, senão o Governo mandaria um projeto real, autêntico, objetivo, que pudesse atender às finalidades da economia do funcionalismo federal, permitindo as transferências e a absorção desses funcionários pelos outros Poderes. Enquanto isso, Sr. Presidente, na minha zona, que é a chamada Baixada Fluminense, em que estão situados os municípios de maior arrecadação do Estado do Rio e entre os primeiros do Brasil, como Nova Iguaçu e Duque de Caxias, as coletorias federais estão, inteiramente desaparelhadas, não apenas no que concerne aos edifícios, mas também à mão-de-obra especializada. Então, aqueles magníficos servidores que estão ali lotados têm de trabalhar em regime extraordinário, trabalhar pela madrugada a dentro para que possam atender ao volume crescente da arrecadação.

E o Governo não se lembra de mandar lotar nestas coletorias, como em muitas outras do Brasil, esses funcionários que ele considera ociosos.

Por isso, Sr. Presidente, vamos assistir, como acentuei, ao caos. Mas isso é o término, possivelmente, das manobras do Governo contra o funcionalismo. Na verdade, o Poder Público está encontrando dificuldade para superar uma regra constitucional pela qual o Governo passado se bateu, aquela que não permite o ingresso nas repartições públicas sem concurso de provas e de títulos. E o Governo deseja, com esse licenciamento, continuar a livre contratação dos servidores públicos com salários superiores aos aqueles que vai mandar para casa, com por cento dos vencimentos.

O SR. GETÚLIO MOURA:

(Comunicação — Sem revisão.) orador) — Sr. Presidente, na pauta do Congresso Nacional está o chamado projeto dos ociosos. Isso evidencia como o golpe militar de 1.º de abril é antes de tudo contraditório, irreal, inautêntico e não conseguiu até hoje ancorar na realidade brasileira. O Governo ao mesmo tempo em que deseja uma lei que facilite o licenciamento de funcionários com 50% dos seus vencimentos, contrata novos servidores públicos. O Congresso Nacional tem aberto concurso para 210 vagas. O Judiciário, tanto o Trial Vista como o normal, o tomum, o Judiciário Civil, também tem concurso aberto para preenchimento de vagas.

Então, não entendemos o que ocorre no Brasil. Ou o governo não sabe realmente quantos funcionários tem, não conhece as suas aptidões, as suas qualificações, ou então está apenas com um projeto de caráter puramente demagógico, porque a verdade é que, se transformado em lei este projeto, — e infelizmente parece que o será, porque o Governo dispõe nesta Casa de uma maioria sólida, maciça par aprovar essas medidas que não estão de acordo com a necessidade do povo brasileiro — vamos ter o seguinte espetáculo: os funcionários capazes vão aproveitar-se desse licenciamento para ganhar mais na atividade privada e ficarão, apenas, nos quadros do funcionalismo civil, aqueles de menor qualificação, aqueles que não tenham possibilidade de auferir na iniciativa privada vencimentos melhores, mais altos. De modo que vamos assistir a um verdadeiro caos na administração pública.

Projeto dos Ociosos
152

CONGRESSISTA: *GETULIO MOURA*
 PROJETO N.º
 N.º
 CAMARA
 SENADO
 DC de *271 3168* CD-*ST-ON* Pg *802*
 DO N.º *1* de *1* / *1*

152

Pacificações
Exige anistia

tido humano compreensível e, sobretudo, de um grande amor a democracia, que sempre foi exercitada na Baixada Fluminense, antes das intervenções indebitas, que todos conhecem, de capitães da Guanabara...

Mas, Sr. Presidente, não vejo, infelizmente, nos horizontes do País, nenhuma perspectiva para que o Governo evolua no sentido de conceder ao nosso povo o direito de viver um clima de liberdade, de fraternidade, dentro da democracia. De modo que todo e qualquer movimento, surta da Bahia, surja de São Paulo ou de qualquer outra parte do Brasil, mas tendo como origem o seio do Governo, devemos entendê-lo como um desparlamentamento para que o povo esqueça suas agruras, seus sofrimentos físicos e morais, políticos e sociais. Não há, efetivamente, nenhuma sinceridade nos chamados movimentos de pacificação.

Se o Presidente Costa e Silva ou aqueles que o servem desejam realmente dar um passo à frente, no sentido de restabelecer a harmonia da família brasileira, tenham então a coragem de propor anistia ampla, irrestrita, a todos aqueles que foram punidos sem processo nem forma ou figura de Direito.

Mas, Sr. Presidente, eu, que sou um velho amigo do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que o acompanhei em toda a sua campanha eleitoral nos idos de 1954, que conheço bem a sua formação política, moral e, sobretudo, o seu sentido humano, estou aqui a trazer este depoimento, para que os Anais recolham a certeza de que há um símbolo maior em que o povo tem os olhos postos: a figura de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Tudo quanto se faça neste País sob o pretexto de pacificação não passa de um engodo, de verdadeira mentira, enquanto estiver com seus direitos políticos cassados o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o homem que, quer queiram quer não, o povo espera ver ainda na Presidência da República. (Muito bem.)

E' o único político no Brasil que realiza o milagre de unir todas as correntes políticas, porque ele é, realmente, uma expressão de trabalho, de dignidade, de dinamismo, o homem que se sabe dar desenvolvimento a este País. Esta palavra que foi considerada uma espécie de palavra feia — desenvolvimento — hoje, entretanto, está na boca de todos os homens do Governo, com a diferença de que da boca para fora; eles falam em desenvolvimento e não sabem nem o que é desenvolvimento e nada fazem no sentido de acelerá-lo. Por isso, Sr. Presidente, se querem a revolução que aí está desaguar tranquilamente, que dêem anistia a todos os perseguidos e, antes e acima de tudo, restitua os direitos políticos do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. (Muito bem.)

O SR. GETULIO MOURA:
 (Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda se fala em pacificação no País.
 Quero dar apenas um depoimento recolhido entre o povo, na zona mais densamente povoada do Brasil — a Baixada Fluminense. Sou um homem que ali reside efetivamente, mantendo em perfeita sintonia as minhas opiniões com as daquela população.
 Recolhi, então, o seguinte depoimento: "Não se deve e nem se pode falar em pacificação antes da anistia". E alguns especificavam, particularmente, o caso do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.
 Entre os operários, os servidores da Prefeitura, os ruralistas, a opinião era unânime, uníssona: "Enquanto Juscelino Kubitschek de Oliveira estiver cassado, privado dos seus direitos políticos, ninguém tem a autoridade, no Governo, para falar em pacificação". Evidentemente, quando o povo se refere a Juscelino, elege-o como um símbolo maior, porque o povo deseja anistia ampla, geral e irrestrita. Mas eu quis, Sr. Presidente, que os Anais da Câmara registrassem essa minha informação, porque a julguei de um bom senso extraordinário, de um sen-

CONGRESSISTA: *GETULIO MOURA*

PROJETO N.º

N.º

CAMARA

SENADO

DC de 2 / 4 / 1681 CD-~~6667~~ Pg 934

DO N.º / de / /

Mas, Sr. Presidente, estou convencido de que o sangue de Edson Souto não foi derramado inutilmente. Tenho, assim, a impressão de que ele vai refluir amanhã, como aconteceu em Lidice, na Tchecoslováquia onde, no lugar em que foram massacrados todos seus habitantes, fez-se uma plantação de rosas vermelhas do mundo inteiro. E aquelas rosas, plantadas onde existia uma próspera povoação, significam um convite ao amor, à liberdade e à democracia.

Por isso, eu, que lamento profundamente a morte desse jovem paraense, pobre, desamparado, que se encontrava no Rio de Janeiro para fazer, com dificuldade, o seu curso secundário, vejo, entretanto, nessa morte, que todos nós, revoltados, censuramos, uma advertência a esse Governo indefinido, que não encontrou sequer, os seus horizontes, que não sabe a onde se dirige, para que medite um instante no sangue de Edson Souto, como também dos outros assim sacrificados, e encontre uma saída democrática para a atual situação brasileira.

Ao encerrar, Sr. Presidente, desejo ler, para figurar nos Anais da Casa, o manifesto da União Estadual dos Estudantes publicado no "Correio da Manhã", órgão que coloca suas colunas sempre ao serviço da liberdade e da democracia:

"A morte de estudantes, quando lutam por um direito de todos os estudantes da Guanabara, mostra o caráter da ditadura que aí está."

A política educacional do Governo não visa a atender às necessidades dos estudantes, mas sim restringir sua liberdade e adequar a educação ao fortalecimento da dominação americana no Brasil. E' contra esta política que o estudante luta.

Esta mesma ditadura cerceia a liberdade dos trabalhadores e os explora com o arrocho salarial, mantendo-os com um salário de fome. A ditadura vive da miséria do povo.

O dinheiro tirado do povo val para o Exército que reprime e mata este mesmo povo e, ajuda os norte-americanos a matar outros povos: como mata o povo do Vietnam.

Estudantes são mortos quando exigem seus direitos. Camponeses foram mortos ao lutar por terra. Os operários também serão reprimidos quando lutarem por seus direitos.

Nós, o povo, estudantes e trabalhadores, não nos intimidamos com mais uma morte. Lutaremos por nossos direitos. Denunciaremos sempre a injustiça e a opressão. Denunciaremos este Governo ditatorial que trai os interesses do povo e serve os interesses dos norte-americanos.

Nós, como nossos colegas em Brasília, na Guanabara, Minas e Recife denunciaremos a ditadura no dia em que comemora o golpe de 64, que traiu o povo brasileiro. Faremos uma grande manifestação e convocamos toda a população para denunciar a opressão e os crimes da ditadura no Brasil."

Sr. Presidente, este outono de sangue há de ser a alvorada da libertação do Brasil. (Muito bem).

O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, comemora-se, hoje, o 4.º aniversário da Revolução ou golpe de Estado de 1.º de abril de 1964.

Foram quatro anos de violências desnecessárias com grave prejuízo para a Nação brasileira e, sobretudo, profundo infatínio para o seu povo.

Era preciso que, para comemorar essa data, a Revolução tivesse a manchar o sol brasileiro o sangue de mais um estudante.

Quero dizer à Casa e à Nação que, sexta-feira, compareci à câmara ardente do estudante, armada na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, acompanhei parte do cortejo fúnebre, e verifiquei, Sr. Presidente, o ambiente de revolta de um povo bom como o povo brasileiro.

Tenho salientado sempre que um dos maiores erros dessa Revolução é estar retirando do brasileiro o sentimento, a fraternidade, o que é capaz de torná-lo violento como se fôsse um escravo. A injustiça permanente, a ausência de reconhecimento dos direitos dos operários, o sacrifício dos estudantes, tudo isso vai, aos poucos, minando a alma e o coração dos brasileiros. Esse é o maior temor que tenho em face dos erros dos desentros, das contradições e das injustiças desse movimento revolucionário, que nada realizou de útil em favor da Pátria Brasileira.

152
 Críticos
 ao 4.º aniversário
 do que chamam de
 "golpe de Estado de
 1.º de abril de 1964"

152

*Movimento Gre-
vista em Minas
Gerais*

O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o movimento grevista que ora se opera em Minas Gerais, tem um efeito salutar: evidencia que o operário brasileiro, traumatizado com a Revolução de 64, começa a retomar a posse de seus direitos a reivindicações.

Ora, o direito de greve está assegurado na própria Constituição. Não constitui, por isso, qualquer razão de subversão nem de inquietação social, se o operário lança mão do instrumento legal que lhe assegura a Carta Magna do País.

Mas, Sr. Presidente, causou-nos profunda decepção e estranheza mesmo, que o Sr. Ministro do Trabalho, tem procurado agir com relativa habilidade em certos aspectos, fôsse a Minas Gerais para declarar aos operários que eles não tivessem a vida porque perderia sempre a parte mais fraca. Isso representa uma coação, uma violência ao direito de greve. E ainda correm as notícias de que o próprio Ministro pretende enquadrar numerosos operários de Minas Gerais na Lei de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, o operário nacional, cansado de passar fome, profundamente desgostoso, desanimado e desesperançado, lançou mão do último recurso que lhe resta, que é a greve pacífica. A greve dos metalúrgicos, que hoje abrange quase todos os setores de Minas Gerais, tem esse aspecto profundamente saudável para a democracia. E nós estranhamos que que o Sr. Ministro Jarbas Passarinho tenha procedido com essa inabilidade, vamos dizer mesmo, com aspecto ditatorial, ameaçando-os com a Lei de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, tudo isto evidencia que este País está descontente. De um lado o estudante; de outro, o clero. Eu, Exa. e a Casa podem verificar que há certa unanimidade de propósitos. Desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, a inquietação é a mesma. Evidencia, também que a nacionalidade desperta, cansada de sofrer as limitações e os rigores de um regime de força para o qual não fomos preparados e que a nossa índole latina repele. Se fôssemos escravos, poderíamos ficar de braços cruzados diante da fatalidade histórica que nos atinge, mas, como latinos, não podemos aceitar o cercamento da nossa liberdade.

Sr. Presidente, vemos nesses movimentos, tanto dos estudantes como dos operários, a significação precisa de que este País não suporta nenhum regime que se vá estear apenas na força militar. Desde a proclamação da República, que este País não suporta qualquer tipo de ditadura. Nem mesmo aquele que proclamou a República teve condições de manter-se no cargo, quando pretendeu sair da órbita legal; foi queda de Dодо:ro da Fonseca, quando dissolveu o próprio Congresso Nacional.

Sr. Presidente, este País não quer outra coisa senão o restabelecimento das garantias constitucionais e que tenhamos a liberdade de trabalhar, de estudar, de criticar, para que possamos honrar as nossas tradições de povo liberal. (Muito bem).

CONGRESSISTA: GETÚLIO MOURA

PROJETO N.º CAMARA
SENADO

N.º
DC de 44/05/68, CD-SF-Q Pg 2330/2
DO N.º / de / /

152

*Abolição da
escravidão
acusação
Exercício*

*Aponte: Últimos de
Carvalho*

*defesa do Exe-
cuto*

O SR. GETÚLIO MOURA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, a hora do Grande Expediente da sessão de hoje está destinada à comemoração do 30.º aniversário da Lei Áurea. É evidente que não vou, neste instante fazer um estudo retrospectivo do que foi a Abolição no Brasil, porque os meus colegas conhecem o episódio histórico em todos os seus detalhes. Mas, o que desejo acentuar é que o Brasil, com seus extraordinários bom senso, com seu equilíbrio, com o patriotismo de seu povo, tem logrado vencer as más séries e graves revoluções sociais sem derramamento de sangue. Enquanto na América do Norte, para a extinção da escravidão, foi necessária uma guerra longa, sangrenta e desseparada, o Brasil, antes da pátria e do exemplo aos seus irmãos, da magnanimidade e da compreensão da Princesa Isabel, pôde vencer a raça negra, aqui escravizada, através da promulgação da Lei Áurea.

Devo acentuar que meu Estado teve uma grande responsabilidade no episódio, porque aquele a quem se chamou o "Agir da Abolição", José do Patrocínio, era um jornalista emerito, nascido em Campos, filho de um escravo. Este homem foi negativamente uma força propulsora, não apenas no combate da tribuna, mas também na imprensa. Foi mais longe, porque conquistou para sua causa, para o ideal que defendia, a simpatia, a compreensão da Princesa Isabel. E ainda o meu Estado, com Quintino Bocayuva, com Lopes Trovão, pôde intervir de forma decisiva na solução daquele grave problema, na Abolição da Escravidão.

José do Patrocínio, no seu entusiasmo de libertar a sua própria raça, não teve dúvidas em ajoelhar-se diante da Princesa Isabel para beijar-lhe as mãos. Este episódio o comprometeu diante dos olhos dos republicanos, que passaram a desconfiar de que José do Patrocínio, na sua sincera gestão, estava desejando apenas preservar um trono periclitante. Mas José do Patrocínio, na sua sinceridade, afirmava — e com absoluta razão — que ele não compreendia por que deveria manter-se o trono no Brasil enquanto vivo o Imperador D. Pedro II, e abolir-se a monarquia, quando existia para reinar e governar o Brasil a figura extraordinária da Princesa Isabel.

Apesar de republicano histórico, José do Patrocínio atravessava a fase da República num doloroso ostracismo.

Já tive oportunidade, por ocasião do seu centenário, em discurso que proferi nesta Casa e que a Câmara mandou editar em separata, de salientar que José do Patrocínio se assemelhava à pita, que viceja nos jardins, nas terras amenas, nas terras ingratas: um dia produz um lindo pendão, que são as líres, e, depois, morre. O pendão de José do Patrocínio, a sua bandeira, o seu ideal, o seu perfume era a Abolição. E ele penetrou na República, com a alma vazia, porque toda a sua luta fora no sentido de libertar a raça negra.

Mas, agora, 80 anos depois, olhamos o panorama do Brasil e perguntamos a nós mesmos: somos, realmente, livres, os braços, os negros e os mestiços? Temos a liberdade que o nosso passado a nossa tradição reclamam? Somos, realmente, um povo que tem condições de independência econômica, que goza de ampla liberdade de pensamento e de ação? Somos um povo que age sem as algemas do cativeiro do corpo? Teremos, em verdade, essa liberdade de criação, de idéias, de princípios, de arte? Ao revés disso, atravessamos uma fase de graves restrições que, no meu entender, constituem pecado maior para nossa cultura e para nosso sentimento humano do que mesmo o sofrimento

do cativeiro físico imposto aos negros no passado.

O Sr. Antônio Bresolin — Estou acompanhando, com muito interesse, o magnífico pronunciamento que V. Exa. faz, destacando, principalmente, um dos pontos fundamentais da nossa nacionalidade em relação ao negro e, sobretudo, esse ambiente propício à formação daquele protótipo do homem descrito por Victor Hugo no Brasil de amanhã: Sou grande admirador do negro. No Brasil, ao ouvir música, ao assistir a um bom carnaval, ao ler versos maravilhosos, ao percorrer páginas literárias, em toda a parte encontramos o traço do negro, aquela sensibilidade que toca fundo a alma do ser humano. Partes até impossível que o negro, nascido na África e trazido agilhado naqueles porões de navio, como foi bem narrado pelo nosso maior barão-condo-reiro, Castro Alves, esse elemento que em nossa Pátria, durante longos anos, aprisionado, permaneceu praticamente à margem de todos os benefícios da civilização, haja influido tanto e continue influenciando em todas as manifestações de arte em nosso País. Felicito V. Exa. pela oração que está pronunciando neste dia.

O SR. GETÚLIO MOURA — Tem V. Exa. toda razão.

Somos ate, em matéria de colonização, um País original. Se olharmos o panorama do mundo, verificaremos que aqueles que colonizam determinada terra, determinam povo, conseguem impor a sua religião, a sua língua e a sua música, a sua alimentação e o seu vestuário. No Brasil, assistimos a um fenômeno contrário. Na música, predomina, como bem disse o nobre Deputado gaúcho, o sentimento africanista. O nosso ritmo de música, aqui, nada tem da música portuguesa. Mas copiamos e guardamos aquelas emoções artísticas que o negro nos trouxe.

Na própria alimentação, não são pratos no Brasil os chamados pratos lusitanos. Ao contrário disso, a alimentação chamada típica brasileira é aquela da Bahia, que reflete apenas os pratos de origem africana.

Também não herdamos dos portugueses: senão a língua e a cristandade. Mas ainda hoje estamos encontrando influência dos negros, de forma séria, também na religião. Que é a macumba, nos nossos dias?

E' apenas o nosso regresso à África. São os seus, e a língua, inclusive dos chamados pais-de-santo, que tem a preocupação de falar africano. E sentimos que vai ganhando uma extensão e uma profundidade incensa o chamado espiritismo, não o de Kardec, mas o de Umbanda e o de Quimbanda, que constituem elementos históricos da África.

Apresentamos essa original evolução. Não fomos copiar dos portugueses tudo aquilo que trouxeram de bom para o Brasil, mas como predominou no País o esforço do negro, trazido da África sob condições subumanas e aqui submetido a um cativeiro, todo aquele ilmo doloroso de sua arte está expresso hoje no coração e na alma do próprio povo brasileiro.

Salientava eu, quando me referi a honra do aparte do nobre Deputado Antônio Bresolin, que olhava melancolicamente a nossa liberdade nos dias atuais. Procurava, então, estabelecer um paralelo, a fim de saber qual a pior escravidão: se física, que sofreram os negros, ou se aquela de ordem política, de ordem moral, de ordem intelectual e de ideais que padecemos no momento.

O Brasil, reconhecemos todos, nunca chegou a ter uma independência completa. Apenas se libertou politicamente da situação de colônia, mas não pode gozar das vantagens decorrentes de uma economia sã que lhe pudesse assegurar, então, a emancipação econômica-financeira.

A verdade é que dentro desse quadro, que não é de hoje, mas tem cores da atualidade, agravando-o seriamente, vamos verificar que a Nação brasileira atravessa, no momento, um período de inquietação social. Em toda parte ainda vemos que brasileiros sucumbem vítimas da fome; crianças morrem na idade tenra, e os que conseguem ultrapassar o primeiro ano de vida têm seu desenvolvimento prejudicado pela má alimentação. Tudo isso está a indicar uma forma de cativo, no meu entender, das más séries e das más raças. Como se não bastasse, ainda a atual regime, com as suas restrições, com o seu poder autoritário, beneficiando cada hora e cada passo a vida brasileira, incluindo, inclusive, nas decisões desta Casa, está concorrendo para esta situação de desespero, que sentimos em grandes áreas da população brasileira.

Prova de que o cativo não se extinguiu de todo temos, agora, com a lei que transita nesta Casa, e das sublegendas, que cria o chamado nutrírio. Todos sabem que a palavra nutrírio era empregada quando o latido se servia de muitos braços para uma obra só que quase sempre significava a mobilização da senzala. Hoje, pretende-se estabelecer o nutrírio, como uma reminiscência da escravidão, não para escravizar o pulso do homem; não para escravizar-lhe a força; não para escravizar-lhe o poder físico; mas, o que é muito mais sério, para destruir-lhe a liberdade de escolha, inclusive naquilo que é elementar em qualquer democracia: a liberdade do eleitor. Tudo isto é feito agora, e diz-se que é para revigorar a democracia, que é para melhorar a democracia, que é para consolidar a democracia. Já falei uma vez, e repito, que temos perdido tanto o senso da realidade que até as palavras já não exprimem o sentido delas nos documentos ou nos compêndios de Literatura, de Economia ou de Direito. A democracia de hoje não é mais aquela que aprendemos nos bancos escolares, porque não é possível que a democracia que defendemos seja a mesma de que nos fala todos os dias, nos seus pronunciamentos, nas suas mensagens, o Governo e seus satélites.

Nenhum deles tem a coragem de dizer que foi necessário impor a este País um governo autoritário. Todos se escondem atrás de um blando, de um falso bloco, que é a consolidação da democracia.

Como se consolida uma democracia destruída e o que ela tem de mais vivo, de mais perene, de mais eterno, que é a própria liberdade?

O fato é que assistimos a estes espetáculos penosos na atualidade brasileira. Por isso acentuei que, na data de hoje, em que estamos comemorando a abolição dos escravos, parece que seria justo e razoável que proclamássemos o povo brasileiro para uma nova campanha de libertação (muito bem), libertação muito mais importante, a meu ver, do que a da escravidão, porque se trata de libertar o homem no seu direito de pensar com liberdade; de libertar o artista no direito que tem de criar com liberdade; de permitir que o político pense alto, tenha os seus ideais, seja respeitado no seu pensamento e na sua ação e que possamos também, em matéria de economia, escolher a mais útil e necessária ao Brasil, sem perguntar se ela aproveita ou desaproveita à América do Norte ou a qualquer outro país estrangeiro.

O Sr. Celso Filho — Além disso, no excelente discurso que proferiu, V. Exa. poderia convocar a atenção do Governo para o exemplo magnífico do desprendimento da grandeza de Rainha Isabel, que colocou, acima dos interesses de personalidade no próprio trono, o in-

teresse da liberdade de uma raça escravizada, que muito já havia contribuído para o engrandecimento da nossa Pátria.

O SR. GETÚLIO MOURA — E sabe V. Exa. que a Princesa Isabel, ao receber o projeto votado pela Câmara, em oito dias, através do regime de urgência, antes de sancioná-lo perguntou ao seu marido, o Conde D'Eu, se deveria ou não promulgar a lei. Ele, olhando o interesse do trono, pela primeira vez, dissentiu dela e aconselhou-a a votar a lei. Isabel, com alta nobreza, respondeu-lhe: "Sendo eu cristã, não tenho condições para manter no cativeiro a raça negra".

Mas, Sr. Presidente, tudo isto evidencia que este País, dentro dos seus erros, tem uma grande virtude, que não é aos políticos, porque é uma virtude de nossa alma, uma virtude congênita, talvez étnica: sempre buscamos para os nossos problemas, nas horas más agudas e más graves, soluções pacíficas.

E verificamos que a abolição, àquela altura teve a virtude de libertar poucos negros, porque eles já haviam sido praticamente inertes de fato. José do Patrocínio concorreu, imensamente, para a fuga de muitos deles. Recordo-me, ainda, de que ele, visitando o Ceará, e verificando que ali se extinguiu a escravidão, chamou o Ceará de terra do Sol. Apeliou para os jagadeiros, no sentido de não alugar suas jagadas para transportar escravos senão para a liberdade. Por isso afirmou que o Estado do Rio de Janeiro tinha uma grave, uma séria responsabilidade na proclamação deste ato, indispensável à vida de um povo civilizado.

Eu acentuava, Sr. Presidente, que essa libertação retirou qualquer racismo de nossa terra. Não ficou nenhum vestígio de segregação de ordem racial, enquanto que a América do Norte, colonizada pelo gênio inglês principalmente, e uma parte do francês, não logrou, até hoje, aceitar o negro. E nesta hora, em que a maior potência do mundo está fraca internamente, não consegue dominar as reações dos milhões de negros que ali ainda vivem sob uma odiosa discriminação de ordem racial.

Tudo isso fez o Brasil. E deve fazer justiça aos nossos colonizadores, porque Portugal também assinila o negro. Portugal não tem o sentido racista. Por isso, pôde transmitir-nos com a língua e a religião, esse generoso sentimento de compreensão humana, que nos faz ver que somos todos irmãos, independentemente da cor.

Todos devem recordar-se de que José do Patrocínio era um orador frio, que só se animava quando vilipendiado ou provocado. Paula Ney assistia ao declínio de José do Patrocínio falando no Teatro do Rio de Janeiro. Quando o povo começava a promover uma assuada, ele, discretamente, gritou das galerias: "Cala a boca, negro". José do Patrocínio, que estava irado, quase inerte, indiferente à reação daquele povo, ergueu-se como um gigante para dizer: "Deus me deu a cor de Otelo para que eu amasse a minha terra com ciúms."

Foi uma das grandes apoteoses deste fluminense, obtida num teatro do Rio de Janeiro.

Há de permitir a Câmara que esta minha digressão vá aos poucos — ora abolição, ora problemas de ordem política. Não vinha, como acentuei, inicialmente, fazer aqui uma análise da Abolição, que já tive oportunidade de fazer quando estudei a vida e a obra de José do Patrocínio, mas apenas substituir nesta tribuna o nobre Deputado Nelson Carneiro, que requereu a comemoração que hoje se faz aqui da Abolição; na impossibilidade de comparecer, apeliou para que eu ocupasse a tribuna em seu lugar. Podemos V. Exas. de antemão, compreender a profunda desigualdade entre os dois oradores. (Não apoiados). Mas

que Deus me ajude nesta hora a vencer as minhas próprias deficiências.

O Sr. Wilson Martins — V. Exa. faz uma análise sobre vários aspectos daquela quadra da vida política do Brasil. Não seria sem cabimento que eu aqui incluisse um episódio que realmente pode realçar o comportamento das Forças Armadas, especialmente do Exército, no passado de nossa Nação. Quero referir-me, nobre Deputado Getúlio Moura, àquela instante em que o Chefe do Exército brasileiro, convocado a perseguir os negros fugitivos, disse algo de bom e em tom de rebeldia que essa não era a missão do Exército. Se olharmos o comportamento do Exército ao longo da História, veremos que, na Abolição, na República e durante a Grande Guerra as Forças Armadas cobriram de glórias esta Pátria. São esses fatos, nobre Deputado aqui rapidamente lembrados em aparte ao brilhante discurso que V. Exa. proferiu...

O SR. GETÚLIO MOURA — Muito obrigado.

O Sr. Wilson Martins — ... que nos animam e nos dão esperanças de que os líderes militares de hoje, reexaminando a atual posição das Forças Armadas, possam conduzi-las para um caminho oposto àquele que elas percorrem atualmente. Esperamos que os líderes militares, percebendo a impopularidade que atualmente as Forças Armadas desfrutam no País, possam fazer com que esta Nação reencontre o seu caminho, possam fazer, finalmente, com que as Forças Armadas, mais uma vez, venham ao encontro das nossas melhores tradições de liberdade e de independência. (Muito bem.)

O SR. GETÚLIO MOURA — E' muito oportuno o aparte de V. Exa. porque, realmente, o Exército se recusou ao papel de capitão-do-mato e não quis prender nenhum escravo. Há uma involução: se, em 1888, aquele Exército não queria fazer o papel de capitão-do-mato e prender escravos fugitivos, hoje, numa minoria rebelde, mas que quer falar em nome das Forças Armadas, concorda em prender estudantes, padres, operários, em encarcerar o povo brasileiro.

O Sr. Último de Carvalho — E' pena, eminente Deputado que o magnífico discurso que V. Exa. proferiu nessa tribuna receba um aparte como o que há pouco foi dado pelo Ilustre Deputado Wilson Martins, ao proferir incrustar nessa peça oratória palavras que não ficam bem a este momento, em que se presta magnífica homenagem àquele que libertou os escravos de nosso País. S. Exa. busca, fazer um apelo às Classes Armadas, para que elas procurem o caminho diametralmente oposto àquele que trilham.

Ora, Sr. Deputado, se as Classes Armadas estivessem na senda apontada pelo eminente Deputado, elas estariam no rumo do comunismo ateu, no rumo dos desordeiros que quiseram acabar com esta Nação, no rumo dos contrários aos interesses da Nação brasileira. As Classes Armadas nunca estiveram em rumo oposto ao do interesse nacional. As vezes elas estão, como agora, no rumo oposto ao interesse de certos cidadãos. Então, esses cidadãos misturam o interesse pessoal com o interesse da nação. Nós devemos, neste instante, levar nossos agradecimentos aos Céus, porque a totalidade das classes armadas está a serviço da democracia. E tanto estão a serviço da democracia, que as classes armadas têm contra elas muitos daqueles que até março de 64 queriam roubar de uma nação o direito de propriedade, queriam roubar dos religiosos o direito de crença, queriam roubar dos democratas o direito da liberdade. Mas naqueles dias as classes armadas estavam vigilantes como estão hoje, para que este País não seja nunca mais escravo daqueles que

na preta
manifesto
a que foi
adição cu-
do mandato
de ci-
de 1880

... pontos de outras nações do
R. GETULIO MOURA — Não
o fazer essa diferença funda-
que V. Exa. faz nas classes
r. *Ultimo de Carvalho* — Des-
Eu não fiz a diferença. O
ndo Wilson Martins é que fez
elo para que as classes arca-
itassem ao caminho diametral-
oposto ao que estão seguindo.
stavam no sentido do oriente ou
idente. Estão no sentido do
te, para S. Exa. Então, S. Exa.
o apelo para que elas voltassem
o oriente. Talvez o oriente seja
alguns mais proveitoso que o
te para o Brasil.

R. GETULIO MOURA — Mas
rença está inerente ao seu
realismo. Indago de V. Exa. a
as Forças Armadas brasileiras,
pistas, patriotas aquelas que
aram o comício em frente à
il do Brasil?

Ultimo de Carvalho — Forças
Armadas que asseguraram
elo em frente à Central do
porque até ali aquele cidadão
rgia o País representava a cr-
a lei. Entretanto, dias após,
mesmo Presidente da Repú-
declarou no Automóvel Clube
m a farda verde-oliva dos sar-
do Exército construiu a Pa-
o amanhã. Dêse dia em dia.
Presidente começou a ser de-
pelos responsáveis pela ordem
País.

R. GETULIO MOURA — Re-
o exemplo da Central do Bra-
nas para mostrar a V. Exa. o
de go... Para mim eram
ntrioais aqueles que estiveram
ntral do Brasil, com seus ca-
com seus tanques com suas
ras, com seus clarins, com suas
badoras, mantendo e assegua-
os princípios pelos quais tu-
e pregava o Sr. João Coutari,
aqueles que hoje estão apoiar-
a ditadura neste País.

Entendo, e o acatou sem, que
ta apenas de uma minoria, mas
minoria abastante, uma minoria
impugnou o poder e dele não se
partir. O legítimo Exército as
as Forças Armadas têm o seu
nte, o seu passado, e a sua
o naquele Exército que recusou
el de capitão-do-mar, ao con-
daqueles que hoje aceitam o
e todos os papéis, o de encarce-
tudentes, o de destruir inteli-
meças, o de prender padres,
meças cuja religião V. Exa.
que pretendiam destruir. Hoje
mais longe, procuram destruir a
a pessoa humana, a figura do
o, que também sofre a situação
de uma minoria que não é ab-
ment... representativa das For-
madas brasileiras.

r. *Mário Piva* — Nobre Depu-
na qualidade de Vice-Líder já
ão, em exercício da liderança,
transformar o apelo feito pelo
ado Wilson Martins em apelo do
o MDB. A verdade é que o no-
ce-Líder Último de Carvalho de-
que as Forças Armadas pela
minoría — minoría que está no
e dele não pretende apelar-se a
ter preço, nem a preço de uma
racia que se instalaria neste
— derrubaram aqueles que ten-
yubar a democracia e roubar
idade privada a fé e outros coi-
s.

Sr. Deputado, hoje não se
em aqueles que tentam roubar
prendem-se aqueles que pregam
prendem-se homens que pre-
n pregar a liberdade como os
estudantes que estão tentan-
o e nada mais. Além disso, essas
militares a que S. Exa. se re-
estas mesmas forças militares
am um homem que S. Exa.
com tanto entusiasmo. Eu e
a, a meu lado temos os outros
estar nesta Casa contra a cass.

sação do Sr. Juscelino Kubitschek. Eu
e o Deputado Último de Carvalho, ele
nessa tribuna, e eu na tribuna onde
está V. Exa., fomos os dois únicos,
nesta Casa, a protestar — vemente-
mente contra a cassação do Sr. Jus-
celino Kubitschek. Hoje, vê V. Exa.
que estamos em dois campos opostos.
Eu, ao lado daqueles princípios que
sempre defendi com fidelidade; ele,
ao lado de um novo conceito de For-
ças Armadas.

O SR. GETULIO MOURA — Mas
todos reconhecem a grande evolução
política do Deputado Último de Car-
valho. E' que S. Exa. aqui defende
um ponto de vista, uma linha parti-
dária que não é aquela mesma que
ele prega lá na sua cidade natal, em
Rio Pomba. Lá, ele conserva aquelas
virtudes mineira, defende os prelados,
prestigia a Igreja, prestigia os estu-
dantes, os operários e, por isso, é
uma das figuras mais benquistas da
quele terra. Mas S. Exa. que hoje es-
tá preso ao carro do Governo, é obri-
gado, na qualidade de Vice-Líder a
defender aquilo que o seu coração
não aconselha, nem seu espírito con-
vence. Mas temos de respeitar em
Último de Carvalho esse aspecto que
ele dá as suas palavras, dando a im-
pressão até de que é sincero, quando
sabemos que não é.

O Sr. *Ultimo de Carvalho* — Eu
apenas interpreto como uma demons-
tração de afeto, a mim, que outros po-
dem compreender como uma intriga
junto ao meu povo, essa duplicidade
que V. Exa. quer colocar no meu ca-
racter.

O SR. GETULIO MOURA — Não
há duplicidade; ao contrário: V. Exa.
é muito firme.

O Sr. *Ultimo de Carvalho* — Nin-
guém melhor do que V. Exa., meu
companheiro fundador do PSD, para
reconhecê-lo. Quando tomo uma at-
titude, como a no momento de perigo.
Não tomei posição ao lado da revolu-
ção quando ela era vitoriosa. Tomei
posição pela Revolução quando os re-
volucionários de 1º de abril estavam
contra o Governo. Sou revolucioná-
rio de 31 de março. Tomei essa po-
sição, nobre Deputado, da tribuna
desta Casa, arrisquei ir para o para-
iso, corri o risco da luta e é desta
maneira que me apresento ao elei-
torado de Minas Gerais. Permita-me
V. Exa. que eu fale agora da minha
pessoa. Nessa eleição apresentei-me
como todos aqueles de quem se dizia
não conseguiriam ser eleitos. Preguei
a revolução. Depois, graças a Deus,
preguei a revolução vitoriosa, fui para
as urnas dizendo que eu era revolu-
cionário, que eu apoiava Castello Branco,
que eu era pelo direito de proprie-
dade, pelo direito da fé que eu era pela
democracia. Fui e tive uma votação
20% acima da que alcancei como puro
PSD. Depois, o eminente amigo, Depu-
tado Mário Piva, chamada a atenção
da Casa para essa figura patriótica
do Sr. Juscelino Kubitschek, como a
dizer que eu o abandonei, esquecido
de que, nesta mesma Casa — e,
agora, perdoe-me a franqueza —
quando se procedeu à eleição do Pre-
sidente da República, por processo in-
direto, e o Presidente da Mesa pro-
nunciou o nome do honrado e grande
brasileiro Juscelino Kubitschek, ele
respondeu, lá de trás: "Castello
Branco". O Presidente Juscelino vo-
tou no Presidente Castello Branco.
Onde estava eu? E, se, depois, a Re-
volução ou certos revolucionários cas-
saram S. Exa. eu não tinha por que
acompanhá-lo na cassação; não tinha
por que ir para o exílio; não tinha
por que ir tentar a vida em outros
mundos. Mas tinha por que ir, para a
tribuna, como tinha ido antes da
cassação, para, depois da cassação di-
zer que aquilo representava um dos
grandes erros da revolução — o que
não oculto até hoje — revolução de
31 de março, não de 1º de abril, que
foi uma outra revolução, cujos idea-
listas, muitos deles ...

O SR. GETULIO MOURA — Mas é
esta que o povo brasileiro sofre.
O Sr. *Ultimo de Carvalho* — E sofre
esses revolucionários de 1º de abril
hoje, quase em sua maioria, estão
abrigados no glorioso MDB (Não
apoiados). Vou citar o nome de um.
Querem saber? Onde está o Depu-
tado Raul Brunini? O Sr. Carlos La-
cerda é um revolucionário de 1º de
abril.

O Sr. *Sadi Bogado* — Não. Este é
de 31 de março.

O Sr. *Ultimo de Carvalho* — Re-
volucionário de 1º de abril, revolucio-
nário da mentira, porque um revolucio-
nário da mentira, porque um revolucio-
nário não pode ficar com a re-
volução pelo que ela tem de particular,
mas tem que ficar com a revolução
pelo que ela defende de principal. E
é esta a minha posição, esta a posi-
ção dos meus companheiros da
ARENA. Nós defendemos, na revolu-
ção de 31 de março, o que ela tem
de principal, e é por esta defesa, e
para esta defesa, que continuarei ao
lado dos revolucionários de 31 de
março.

O SR. GETULIO MOURA — Mas,
Sr. Presidente, Srs. Deputados, an-
tes de encerrar essas minhas conside-
rações, quero salientar que nós não
fazemos a distinção entre duas revo-
luções. Houve apenas uma revolução:
a de 1º de abril, que, de acordo com
as nossas tradições, é o dia de enga-
nar os tolos. E o Brasil está nesse
doloroso engano há quatro anos.

Por isso, quando aqui, desta tribu-
na, festejávamos a Abolição, saien-
távamos também que deveríamos pros-
seguir na campanha para abolir o
regime autoritário que infelicitou o
Brasil. Se tivemos forças para liber-
tar os escravos no passado, temos
a suficiente coragem moral, o idealis-
mo necessário para realizarmos a
campanha redentora do presente. É
isto que precisa e quer a Nação Brasi-
leira. Deseja que tenhamos uma li-
berdade completa, uma liberdade que
não se pode coadunar com aqueles
que, em nome de defender princípios
conservadores, invadem os conventos,
prendem os padres, violam as univer-
sidades, seviciam os alunos, prendem
os líderes sindicais, enfim, atropelam
a Nação Brasileira, da forma mais
grave e mais séria. Por isso quando
comemoramos 80 anos da Abolição da
Escravidura no Brasil, estamos dian-
te de um cenário, de um panorama
político, a exigir nova e ardente com-
panha, que nos liberte, a todos nós,
sobre tudo do medo, dêse medo que
invade todos os lares pela inseguran-
ça de que todos participam.

Precisamos fazer a campanha pela
abolição de um regime que não re-
presenta o ideal do povo brasileiro,
que não representa nossas tradições
contra o qual devemos lutar com to-
das as veras de nossa alma.

Por isso, concordei em subir a esta
tribuna para, ao falar da Abolição dos
Escravos, falar também no sentido de
que façamos a obolição da restrição à
liberdade de pensamento, da censura,
no rádio, na televisão, no teatro, nas
artes enfim para que façamos a abo-
lição de todas as medidas drásticas
que reduziram, de muito, aqueles di-
reitos e aquelas prerrogativas em
cujo gozo se encontrava o povo brasi-
leiro.

Façamos uma nova abolição, para
que os estudantes tenham abertas as
portas da Universidade, para que eles
possam reunir-se e pregar suas idéias,
porque seria profundamente lamentá-
vel que esta Pátria, que é uma Pátria
de jovens, não desse direito à sua
juventude de reunir-se para decidir
problemas de ordem político-econô-
mico-social; façamos a abolição das
leis de arrôcho que possa restituir ao
trabalhador brasileiro aquela remun-
eração indispensável à manutenção
de um lar condigno.

É para essa abolição que conclamo
todos os brasileiros. (Muito bem.
Muito bem. Palmas. O orador é cum-
primentado).

N8.PRO.CSS.119.8.P.49

CONGRESSISTA: *Getúlio Moura*
 PROJETO N.º
 Nº
 DC de 13 / 7 1681 CD-SE-CH Pg 5112/3
 DO Nº / de / /

CÂMARA
 SENADO

da tramitação do projeto em Plenário.

Sr. Presidente, estávamos todos tranquilos e, de certo modo, felizes, com a votação da Câmara concedendo a urgência. Acreditei que este Governo, que não tem dado prova de muita inteligência, e sim, sobretudo, de uma ausência completa de acuidade política pudesse aproveitar esse projeto originário da Câmara, para ter um gesto generoso, humano e de compreensão, a fim de trazer um pouco de tranquilidade e paz à família brasileira.

Já afirmei, desta tribuna, que o Governo tem a preocupação de prefabricar as suas próprias crises. Quando uma vai encerrar-se ele provoca outra. Tenho impressão de que ele se alimenta, vive e se desenvolve através de crises sucessivas. Não fôra assim, não teria sentido a notícia prolapada por todos os jornais — e não desmentida pela Liderança do Governo nesta Casa — de que o Executivo, com as manobras procrastinadoras usadas nesta Casa, teve o objetivo de ganhar o tempo necessário para pressionar os seus liderados.

Sr. Presidente, isto evidencia que o Governo quer prosseguir na sua obra nefasta de dividir cada vez mais a família brasileira. Ainda não compreendeu que já dividiu a própria Igreja, já dividiu os estudantes, já dividiu os operários, enfim, já dividiu o que há de mais presente, de mais atuante na vida nacional. Mas parece que esses governos, que se apóiam na força para o seu sucesso precisam exatamente dessa divisão e dessa inquietação, a fim de se manterem no poder.

Digo a esta Casa, e regressei ontem ontem da Baixada Fluminense, de profunda decepção de quase dois milhões de habitantes dos municípios em que faço política. Estavam todos convencidos de que o Governo seria o primeiro a estimular a tramitação do projeto de anistia, favorecendo sua votação maciça, para que ele não constituísse uma vitória da Oposição, mas fosse, antes, uma decisão soberana do Congresso Nacional.

Todos nós nos devemos inspirar na História. Entretanto, os governos de força abandonam exatamente a História. E, na História de ontem aí está o exemplo desse extraordinário Juscelino Kubitschek. Num governo de grandes realizações, numa fase de desenvolvimento que este País nunca conheceu, nem no Império nem na República, dois pequenos surtos de indisciplina surgem nas Forças Armadas. No primeiro deles, a Oposição apresenta um projeto de anistia: o Governo o apóia e concede a anistia.

Meses depois, nova insurreição. E' o próprio Governo, através de seu Líder, que propõe a anistia. E pôde, assim, durante cinco anos governar em paz este País, para cumprir as suas metas, ambiciosas, mas que foram integralmente satisfeitos, porque, sendo o então Presidente um homem de iniciativa, é e sempre foi um homem generoso — o que não constitui novidade, por se tratar de um mineiro cujo coração, todos nós sabemos, é dos maiores neste País.

O Presidente atual ajoelhou-se perante um altar, ainda na semana passada, e recebeu a hóstia sagrada — apesar da relutância em fazê-lo, segundo sua própria explicação porque o sacerdote que celebrava a missa, na sua prática, fez insinuações de que S. Exa. não gostou. Não sei o que disse o reverendo. E' possível que tenha falado na anistia, que tenha falado na necessidade de entendimento de todos os brasileiros. Embora isto, o Presidente Costa e Silva ajoelhou-se e recebeu o corpo de Deus.

Ora, precisamos ser autênticos, precisamos ser sinceros. Se um Presidente da República desce à humildade de ajoelhar-se para receber uma

hóstia, é porque deve ser um cristão sincero e, na sua condição de cristão sincero, devia ter no peito, no coração, o sentimento do perdão, da compreensão, do esquecimento e da renúncia. Senão, aquela hóstia foi muito mal empregada foi ter a um corpo que não tinha as condições morais nem cristãs necessárias ao recebimento do corpo de Deus.

O Sr. *Marcos Moreira Alves* — Senhor Deputado *Getúlio Moura*, em apoio ao seu discurso sobre anistia, e antecipando o meu aparte, gostaria de dar a V. Exa. uma informação. Conheço muito bem o sacerdote que pregou a missa a que V. Exa. se referiu. Trata-se do Padre *Mirabor Lopes*, pároco da Igreja da Glória do Rio de Janeiro, que nada mais faz a não ser pregar a doutrina e a justiça social da Igreja, e que, portanto, certamente deverá ter ofendido os ouvidos de quem defende a injustiça e impõe um regime social contrário ao pregado pela Igreja. O projeto de anistia que esta Câmara irá apreciar, como V. Exa. disse muito bem, deveria, se o Governo tivesse inteligência, ser por ele proposto. No entanto, como bem ressaltou V. Exa., este Governo não é de realizações, como o foi o do Senhor *Juscelino Kubitschek*. Tem apenas para oferecer ao País mais força, — nunca o perdão. Desejaria apontar um exemplo concreto. Na última sexta-feira foi julgado no Tribunal Superior Militar o *habeas corpus* de *Wladimir Palmeira*, que poderia, se concedido, extinguir boa parte da crise estudantil que ora grassa e que amanhã provavelmente redundará em derramamento de sangue na Bahia. No entanto, preferiu o Governo, através do Procurador-Geral da Justiça Militar, inventar uma fórmula que facilitasse ao Tribunal Superior Militar a legalização de uma ilegalidade, qual seja a da prisão sem prisão preventiva. E essa fórmula foi adotada por todos os Ministros, à exceção do General *Pery Bevilaqua*, que naquele momento honrou não apenas a sua farda, como também a Justiça brasileira. Mas, no mesmo dia, para mostrar que crédito esse Governo pode ter e como o sistema que ele representa desmoraliza as Forças Armadas, houve um incidente na Vila Militar, ao que se diz ligado, inclusive, à prisão de *Wladimir Palmeira*, pois se afirma que os muros internos da Vila Militar haviam amanhecido com as inscrições "Liberte-se Wladimir Palmeira" e — "Abaixo a Ditadura". Esse incidente resultou na morte de um Tenente-Coronel e em ferimentos graves de um Major. E o Primeiro Exército, ao invés de, pelo menos, apresentar a verdade sobre o incidente, em nota distribuída disse que o Major, possuído de loucura, havia assassinado seu superior e, em seguida, numa tentativa de suicídio, desfechado 5 balas no corpo; três na barriga, uma no tórax e uma no braço. A nota é um escárnio à opinião pública. E não é a primeira mentira que este Exército lança à Nação, já que o Tribunal Superior Militar apresentou a mentira de que *Wladimir* não estivera jamais incomunicável.

E' a demonstração do padrão moral do Governo e de como pode ele merecer a credulidade dos brasileiros.

O SR. GETÚLIO MOURA — Fico muito grato pela intervenção de V. Exa. e sobretudo pelos esclarecimentos precisos que traz ao nosso modesto discurso. Havia lido a nota do 1º Exército sobre o grave incidente ocorrido na Vila. Na condição de velho e modesto advogado criminal, — fiquei estarelecido com uma circunstância só, que V. Exa. salientou bem: uma tentativa de suicídio com cinco balas calibre 45. Não sou oficial do Exército, não entendo de arma e não

Anistia aos Estudantes



O SR. GETÚLIO MOURA:
 (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo aproveitar a circunstância de estar inscrito para falar no Grande Expediente Casa. Como V. Exa. sabe, apenas expressei meu ponto-de-vista sobre o projeto de anistia em tramitação nesta Casa. Como V. Exa. sabe, apenas quatro oradores poderão falar sobre o assunto. Sendo eu o quinto, não terei ensejo de usar da palavra, quando

CONGRESSISTA: Getulio Moura
PROJETO Nº
Nº
CAMARA
SENADO
DC de 301 8 1671 CD-CP-ON Pg 5665
DO Nº 1 do 1 1

Acertadamente da CheB

rigentes da USAID estiveram no Brasil, disseram que não tinham universidades ainda; apenas, no quaram de Brasília como a única, que possuía uma estrutura que representava em verdade uma universidade moderna. E é a única universidade brasileira em condições técnicas favoráveis que sofre esta violência tremenda por parte do Governo.
Não sei aonde vamos chegar. Parece que o Governo continua num plano inclinado. Não está satisfeito ainda com aqueles poderes excepcionais que lhe confere a Constituição. Não está satisfeito ainda com a Lei de Segurança Nacional, não está satisfeito ainda em submeter estudantes à própria Justiça Militar. Parece que quer mais; é uma ansia de mais poder, de mais violência. Não acredito, todavia, que esse Governo tenha condições de impedir os reclamos, os protestos da juventude brasileira. E o dia em que esta juventude calar diante de tanta incompreensão, então não acreditarei mais no futuro deste país, porque sua própria juventude estará descrente e sem esperança no futuro da própria Pátria. (Muito bem).

O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo juntar o meu protesto ao daqueles que hoje verberaram o procedimento da polícia, invadindo não mais o campus da Universidade de Brasília, mas as próprias salas de aula.

Tem-se a impressão de que o Governo quer realmente manter este país num permanente estado de inquietação. Já afirmei aqui, mais de uma vez, que o Governo é que fabrica as próprias crises. Para justificar, talvez, o ato impensado, de ausência completa de inteligência, de acuidade política, que foi a recusa do projeto de anistia, o Governo, através da sua polícia, inconsciente, incompetente e violenta, invade a Universidade de Brasília, lança bombas de gás lacrimogênico, tiroeteia os próprios estudantes, tudo isto para afirmar, amanhã, que não há ainda, clima para ser decretada a anistia.

Ora, Sr. Presidente, não pode esperar o Governo que haja calma e tranquilidade entre os estudantes, enquanto estiverem presos seus melhores líderes uns sofrendo no cárcere e outros, nas malhas da famigerada Lei de Segurança Nacional.

Num país de profundo sentimento liberal como é o Brasil, pela primeira vez na história, sua juventude, seus estudantes, estão sujeitos a leis dessa natureza, que antigamente, eram usadas apenas para aqueles que representavam grave perigo à própria segurança nacional.

Por isso Sr. Presidente, não chogo a estranhar o ato do Governo. Ele é apenas um corolário, é mais uma consequência da sua própria inépcia e sobretudo da sua incapacidade de compreender os anseios e os ideais da mocidade de nossos dias.

É lamentável que se chegue a brutalidades desse ordem. Antigamente a polícia cercava uma escola, aguardava a saída do aluno ou o prendia em sua residência. Agora, não. Não mais se respeita a Universidade, não mais se respeita uma sala de aula. A Universidade é para quem estuda, uma espécie de catedral, que não pode ser violada por beleguins de incompetência manifesta.

Mas, Sr. Presidente, não clamamos contra aqueles que lá foram cometer violências; clamamos contra aqueles que mandaram esses pobres policiais, incapazes, sem a menor cultura e capacidade praticar essas violências contra os estudantes de Brasília.

É mais lamentável ainda é a regressão que isso traz ao cenário internacional, porque a Universidade de Brasília é considerada das mais modernas do mundo. Quando os di-



INGRESSISTA: Getulio Moura
PROJETO N.º
N.º
de 31/8 1681 CD-TECN: 5688
N.º / de / /

O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os jornais noticiam que a "Operação Universitária" foi determinada expressamente pelo Ministro da Justiça. A operação de maior gravidade. Um elemento civil, um professor universitário, deveria ter pelo menos, um pouco de respeito e acatamento pela Universidade de Brasília.

Mas, Sr. Presidente, o Ministro Gama e Silva, reiteradas vezes, demonstrou interesse em "arrancar" do Governo medidas de exceção. Parece que o que se fez ontem na Universidade de Brasília, está ligado a esse plano tático. O Ministro Gama e Silva quis sensibilizar as áreas do Governo com aquela operação monstruosa, violenta e ilegal contra a mais bem organizada universidade do Brasil.

Sr. Exa. persegue esse objetivo de obter do Governo medidas que possam transformar este regime que ali está regime de força, numa regime totalitário, de ditadura pura, sem Congresso e sem Constituição. E a prova disso é que, além de espancamentos contra estudantes, além de atentados mesmo à bala, os próprios Deputados que ali compareceram foram vítimas também de vexames e até de prisão.

O "Jornal do Brasil" de hoje estampa a fotografia de um dos nossos colegas, cercado por vários soldados, com cassetetes sobre sua cabeça e segurando-lhe os braços, que acabou sendo ferido. Isto nunca aconteceu no Brasil, Sr. Presidente. Havia algum respeito pela dignidade daqueles que integram o Parlamento. O Deputado ali compareceu na condição de representante do povo. Ontem, é verdade, muitos, além de representantes do povo, também ali estavam na condição de pai de alunos, como aconteceu com esse colega nosso que foi duramente espancado pela Polícia.

Sr. Presidente, como tudo isso estava perfeitamente organizado, hoje a Polícia informa que liberou os estudantes presos, remetendo-os ao Exército. Então, verificamos que o glorioso Exército Nacional está não transformado naquele "capitão-domato", função que recusou ao tempo da escravidão. Hoje, a Polícia consegue enviar jovens estudantes para as masmorras do Exército Nacional.

Constata-se ainda que aquelas medidas de prisão preventiva não foram decretadas por um juiz togado. Foram decretadas pela celeberrima Auditoria da Quarta Região Militar, formada, na maioria, de militares, onde se desobedece a lei, onde se procura apenas dar curso a essa caricata revolução que só tem um sentido: a perseguição e a violência.

Ora, Sr. Presidente, nessa conjuntura que atravessamos, eu faria um apelo a todos os homens de entendimento, de compreensão e de inteligência neste País; vamos unir-nos contra isso, porque a violência, hoje, não é mais contra os elementos do MDB; a violência não é mais contra a Oposição. A violência se exerce contra o futuro deste País, porque, quando se atinge a sua mocidade estudiosa, o que se está procurando é desbaratar as esperanças do dia de amanhã, é destruir aqueles elementos de vitalidade que deverão, com a sua cultura, ajudar o País a se desenvolver. Que haja um pouco de bom senso neste País, enquanto não cairmos num caos completo, provocado pela própria ação criminoso do Governo federal. (Muito bem.)

Allega que o Exército está se transformando em "capitão-domato"



toões os momentos, no sentido de fa-
zer ouvir as testemunhas indispensá-
veis à elucidação daqueles fatos.
O Sr. Hermano Alves — Não
apoiado.

CONGRESSISTA: Getúlio Moura
PROJETO Nº
Nº
DO Nº 17 19 168
DO Nº 1 de 1 1

versidade, até agora não se quis apu-
rar. O Governo não abriu inquérito
nem mesmo aqueles convencionais in-
quéritos do passado, em que se afas-
tavam os eventuais responsáveis, fa-
zesse-se satisfação à opinião pública,
ainda que a impunidade fosse a so-
lução definitiva. Mas, desta vez, só há
um inquérito aberto: para apurar o
ferimento leva um dedo de um le-
nente que participou da invasão à
Universidade Paizze incrível. Senhor
Presidente. (Muito bem). Foi confes-
sado pelos oficiais que depuseram na
Comissão de Inquérito que não há in-
quérito que não há inquérito a algum
aberto para apurar os fatos da Uni-
versidade, porque foram de rotina, ou
como diria o chefe da publicidade do
Governo: "um simples acidente".
Buscou-se minimizar essa crise por
todos os meios e modos. E o que é
mais sério é que a ação do Governo
agora se faz sentir dentro do Con-
gresso. Ele praticamente desbaratou
a Comissão Parlamentar de Inquérito
que apurava os fatos. Tangida por
um prazo exíguo, substituído o rela-
tor, este vetou as diligências que ti-
nham sido solicitadas, julgadas as-
mais úteis. Imagine V. Exa. que nem
mesmo a Inquirição de Honestino
Guimarães, o estudante preso, foi per-
mitida, ainda que essa inquirição se
fizesse lá no quartel. Mas não era
possível encerrar a Comissão Par-
lamentar de Inquérito sem ouvir a
principal vítima ou a causa principal
daquelas violências praticadas contra
a Universidade! Da mesma forma,
como disse o Deputado Brito Velho,
chegou-se à fase melancólica da Co-
missão, para que se não tenha oportu-
nidade de ouvir aquele que o Brasil
inteiro avonta como responsável por
tudo, o General Fortela.

leveu aquele órgão a uma situação
de impasse, de dificuldade. Ninguém
podera tirar, hoje, da ARENA a qua-
lidade de conivente que já não é mais
impúbera, mas expulsa por ter pro-
curado dificultar as próprias investi-
gações, sendo de notar que, no pri-
meiro momento, naquela emoção que
a todos nós assaltou, vimos, com pra-
zer, destacados elementos da ARENA
protestarem contra aquela violência.
E vimos até com pesar que um Depu-
tado, o menos indicado para aquela
tarefa, por ser membro da Comissão
de Reforma Universitária, ao invés de
ir à Universidade verificar o que ali
se tinha praticado, foi apenas a Po-
licia e, de lá, trouxe uma nota que
leu desta tribuna, nota que, no meu
entender, deixava em má situação o
nobre colega afirmava que era um
colega que a estava lendo. Eu disse,
em aparte a S. Exa, quando aquele
homem de coragem: "V. Exa, hoje,
é o homem mais corajoso desta Ca-
sa!"

*M.D. B. R. J. Ivar copia
P/O Rio
- Ocasião subversiva
da extrema direita
ataca o milite-
rismo*

Pessoalmente não tenho qualquer
restricção a fazer a este general, mas
a verdade é que ele é uma espécie de
"eminência parda" neste Governo.
Por tudo o que ocorre, ninguém as-
sume a responsabilidade. Mas os ór-
gãos de imprensa desde logo fazem
a fixação de uma responsabilidade: a
do General Fortela. E o silêncio do
General é estranho e até comprome-
tedor. Nenhuma atitude de defesa,
nenhum gesto que indique que ele
realmente não está na sombra, cons-
pirando no sentido de um golpe de
direita, que pode ser um golpe com o
Marechal Costa e Silva, ou contra ele
mesmo, porque ele, ou se adapta ao
golpe, ou será vítima do próprio golpe.

O Sr. Américo de Souza — Nobre
Deputado Getúlio Moura, desde que
vin para esta Casa, nos tempos em
que ainda éramos do mesmo partido,
acostumei-me a admirar V. Exa, a
ter por V. Exa o apreço e a estima
que, tenho a certeza,...

O SR. GETULIO MOURA — São
recíprocos.

O Sr. Américo de Souza — ... to-
dos os demais colegas lhe dispensam.
E, desde essa época, Sr. Deputado Ge-
túlio Moura, não mudou o meu res-
peito a sua pessoa. E baseado exata-
mente nesses sentimentos, sobretudo
naquele do respeito que lhe dedico e
na atenção que sempre dispensei às
suas palavras, que ocupo este micro-
fone para lamentar, e o faço com
profunda emoção, esteja V. Exa sen-
do vítima de um equívoco de inter-
pretação. Sr. Deputado, falo como Li-
der de Partido e falo como membro
da Comissão Parlamentar de Inqué-
rito, exatamente em daqueles desig-
nados para substituir colegas que se
encontravam ausentes. E por que, Se-
nhor Deputado Getúlio Moura, o meu
nome e o de outros companheiros
foram levados àquela Comissão para
substituir companheiros ausentes?
Exatamente porque queria a ARENA
em obediência a dispositivos regimen-
tais, dar à Comissão Parlamentar de
Inquérito número legal, para que ela
pudesse funcionar em toda a sua plen-
tude. Bem vêm V. Exa que disur-
pações de interpretação estão condu-
zindo o nobre orador a um denún-
cia que não cabe e que não a rece-
bemos. E não a recebemos precisa-
mente porque fomos nós, da ARENA,
que procuramos dar número suficien-
te para que a Comissão funcionasse
em toda a sua plenitude e pudesse
convocar quem lhe aproovesse.

O SR. GETULIO MOURA:

(Sem revisão do orador) — Senhor
Presidente, Srs. Deputados, continua
o Brasil dentro de um túnel, sem luz
sem ar, sem oxigênio e sem perspec-
tivas de futuro. Dentro desse quadro
melancólico situa-se o Presidente da
República, inteiramente omisso, en-
quanto à volta dele conspira-se aber-
tamente — e todos sabem que a ação
subversiva não é da esquerda, mas da
direita.

O "Correio da Manhã", num artigo
que considero de extraordinária fel-
icidade, a que deu o título sugestivo
de "Perfil da Crise", indica as razões
pelas quais se evidencia a tendência
de certos grupos dentro do Governo
para criar um clima que justifique
amanhã medidas radicais ainda mais
severas contra as pequenas liberdades
públicas de que gozamos atualmente.
Salienta sobretudo o "Correio da Ma-
nhã" que o Presidente Costa e Silva
está desprezando um documento
valioso dado por homens responsáveis,
como Carvalho Pinto, que reclama do
banimento das energias vivas do País,
expulsos do centro das decisões polí-
ticas.

O General Pope de Figueiredo tam-
bém, em análise recente, critica que
o Governo está dominado por essas
forças que querem impedir qualquer
abertura democrática neste País.

Mas, Sr. Presidente, o que mais nos
inquietava é que um fato ocorrido aqui
em Brasília, como a invasão da Uni-

Mas o fato é que o Governo cruza
os braços diante de um fato de gra-
vidade indistigável, como foi a in-
vasão e a destruição parcial do mel-
hor estabelecimento de ensino do
Brasil, e limita-se a dizer que encar-
regou o General Garrastazu Médici,
Chefe do Serviço Nacional de Infor-
mações, para fazer investigações.
Nem sequer o designou para presidir
um inquérito para uma apuração sé-
ria, que pudesse ter conseqüências.
Apenas o designou para investigar o
fato, fato que V. Exas. sabem, como
toda a Casa e o Brasil, não precisa
mais de investigação, porque já co-
nhecemos os responsáveis. O que pre-
cisamos é que o Governo dê oportuni-
dade para que sejam punidos aqueles
que praticaram a barbaridade contra
a Universidade de Brasília.

E' com isto que todos estão per-
plexos, com esta indiferença do Pre-
sidente da República. S. Exa. parece
assim um buda. Ele não se sensibiliza
com o que está ocorrendo, não veri-
fica que a sua autoridade está sendo
comprometida, ele que procurou, ini-
cialmente, ter perante a opinião pú-
blica uma fisionomia simpática, fal-
lando no seu interesse sobretudo pela
cultura nacional.

Quando afirmei que a Comissão
Parlamentar de Inquérito estava numa
fase melancólica e praticamente
destroçada, teria, evidentemente, de
tirar daí as conclusões. E foi real-
mente o Partido do Governo que, com
a alteração de seus representantes,

Agora, Sr. Deputado, não poderia-
mos abrir mão era da nossa condi-
ção de maioria naquele órgão. E exa-
tamente nessa condição de maioria
procuramos apoiar o MDB no senti-
do de convocar diversas pessoas que
ele indicara à Presidência da Comis-
são. Mas não demos o nosso apoio
a que o MDB para lá levasse ilus-
tres figuras que poderiam, com a sua
sabedoria, com a sua capacidade, mel-
hor ilustrar o que se apurou em de-
poimentos já prestados. Não poder-
íamos dar, no particular, o nosso
apoio, nobre Deputado Getúlio Moura,
porque iríamos abrir uma exce-
ção. Já estava indicado para ser con-
vocado o Exmo. Sr. Governador do
Estado de Goiás. Mal fora indicado o
nome de S. Exa e já um outro com-
panheiro trazia o do Exmo. Sr. Gov-
ernador Abreu Sodré, e um terceiro
já trazia o nome do Exmo. Sr. Gov-
ernador Negrão de Lima. O que
iríamos ver era aquela Comissão, que
tinha e tem por objetivo apurar as
irregularidades que tenha havido nas
relações de polícia e estudantes
transformar-se em tomadora de de-
poimentos de Governadores, numa

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO
ASSESSORIA PARLAMENTAR

CONGRESSISTA: DEP. GETÚLIO MOURA MDB - RJ

PROJETO N° CAMARA
N° SENADO

DC de 1º/11 /68 / CC-SK-CN Pg 1055

DO N° / de / /

- CASSAÇÃO DO DEP, MÁRCIO
MORREIRA ALVES

17243

FILMADO

ANEXO N.º 16

N.º PRO. CSS. 119.8. P. 54

Baleeiro, justificando o seu despacho. Eu havia salientado, na sessão a que me referi que esse despacho, mesmo sendo elementar, não decidindo propriamente sobre o mérito, não deixava de envolver, de forma indireta, o mérito. E que se não houvesse crime, como sustentamos que não há, pelas palavras, opiniões e votos por nós aqui proferidos, o certo seria, evidentemente, que o Tribunal, através do seu relator, mandasse arquivar o processo de cassação do nobre Deputado Márcio Moreira Alves.

Mas o Supremo Tribunal deferiu a esta Casa o direito de conceder ou não a licença para aquele processo. Está a Câmara diante do fato consumado. Tera que decidir na sua soberania, se conceda ou não com o novo sistema de cassação criado pela Constituição autoritária de 1967. E o próprio relator salienta que, em se tratando de um direito novo, sobre o qual ainda não havia jurisprudência, nem mesmo dominadores, o mais certo seria, para sua perfeita execução, em face a controvérsia, encaminhar a matéria ao Presidente do Tribunal e solicitar que S. Ex.ª, por sua vez, pedisse à Câmara licença para processar o Deputado.

Ora, Sr. Presidente, aqueles motivos que manifestei hoje tinham razão de ser. Resta agora que esta Casa cumpra com o seu dever. Honre a sua tradição e defenda com ardor, com dignidade, com coragem cívica, aquelaagrada inviolabilidade de palavra no exercício da tribuna desta Casa. Mas devo dizer a V. Ex.ª que estou pessimista, porque, se o Governo dispõe de uma maioria de dois terços, não lhe será difícil manobrar para obter os votos necessários a concessão daquela medida. Mas, ainda assim, confio em que os correligionários do Governo não lhe sigam estas ordens, e o Governo tenha de lançar mão do decurso de prazo para conseguir a licença de forma automática, com o que ela não seria dada através do voto livre do Srs. Deputados. De qualquer forma, porém, agora a Nação brasileira tem seus olhos, seus ouvidos, sua atenção voltados para esta Casa; não para o Supremo Tribunal Federal. É a Câmara dos Deputados que vai julgar, numa preliminar, um de seus membros.

Assim, Sr. Presidente eu, como velho parlamentar, apesar do meu pessimismo tenho ainda a esperança de que esta Casa não conceda aquela licença, porque, antes de fazê-lo, deveria mandar — como já afirmei — ao Chefe do Governo as chaves do Congresso Nacional.

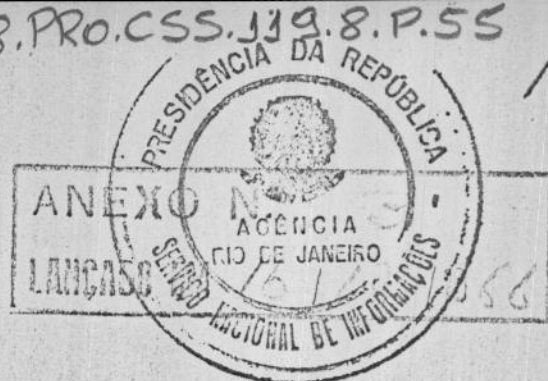
Mas vamos aguardar o tempo. Ele nos vai indicar quais as tendências definitivas desta Casa, se ela vai responder às esperanças do povo brasileiro, se se vai colocar à altura dos próprios princípios constitucionais, ou se, ao revés disso, preferirá alienar, todas as garantias, de que dispõe para entregar ao julgamento cassatório um dos seus membros.

Reconheço, entretanto, que, se aqui não pudermos defender com a eficiência necessária aquele nosso correligionário, aquele nosso nobre estimado colega, restará ainda o Supremo Tribunal Federal porque o fato de haver pedido licença não importa, evidentemente, no reconhecimento do mérito ou da procedência da acusação. Confesso a V. Ex.ª Sr. Presidente, que continuo, como velho advogado, confiando na cúpula do regime, naquele supremo intérprete das nossas leis, e, se falharmos na defesa do nosso companheiro, ela será feita pelo Supremo Tribunal Federal. (Muito bem.)

O SR. GETÚLIO MOURA
(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como havíamos previsto na sessão vespertina, em face de ter o Supremo Tribunal Federal estabelecido rito processual para as representações sobre as chamadas cassações de mandato de Deputados e Senadores seria praticamente automático o despacho do Ministro Relator, encaminhando à Câmara o pedido de licença. E agora, na "Hora do Brasil", ouvi as razões expendidas pelo Ilustre Relator, Ministro Aliomar

ÚLTIMA HORA

(15.12.66)



ANEXO N.º 17

BRASÍLIA (UH) — «Se houver um deus a inspirar essa Constituição, não tenho dúvidas em afirmar que esse Deus terá sido Marte, o deus da guerra da mitologia grega», disse ontem, da tribuna da Câmara, o Deputado Getúlio Moura, acentuando que o projeto do Governo se inspira mais no fôlego guerreiro dos militares que no bom senso dos civis, mais afeitos ao estudo dos problemas sociais, «que foram totalmente esquecidos».

O deputado arenista Flôres Soares criticou violentamente o projeto da Constituição, que considerou totalitário. — É totalitário ao primeiro exame, à mais perfunctória leitura; é totalitário porque dele resultará a hipertrofia do Poder Executivo e a maior debilidade, o maior enfraquecimento do poder do povo, do pulmão do povo, que é o Poder Legislativo — acrescentou.

Humilhação

Segundo orador do dia a criticar o projeto do Governo, o Deputado Getúlio Moura disse que prefere ver a Carta outorgada a ter que compartilhar a responsabilidade por sua aprova-

ção. O parlamentar fluminense declarou-se humilhado pela necessidade de discutir o projeto, assegurando ao mesmo tempo que não tem coragem para emendá-lo, pois com isto estaria compactuando com «a fabricação da Carta».

Círculos parlamentares afirmam que o volume de críticas à nova Carta e a exiguidade de tempo para discuti-la e aprová-la poderão levar a uma nova crise entre o Executivo e o Legislativo, ainda antes do Natal. A posição do Senador Auro Moura Andrade em face do calendário para a tramitação do projeto poderia acentuar essa possibilidade, levando o Governo a outorgar a Carta, por falta de tempo para sua votação.

Os debates sobre o projeto ocorrem com maior intensidade nos corredores do Congresso, enquanto do plenário se sucedem as críticas mais violentas aos seus dispositivos. Além disso, os parlamentares apresentam grande número de emendas, embora reconheçam publicamente que não há qualquer probabilidade de vê-las aceitas.



Deputado ataca Lei Rôlha e diz que Govêrno quer destruir a democracia

O Govêrno, com o envio do projeto da nova Lei de Imprensa ao Congresso, tenta destruir o último laivo de democracia existente no Brasil, segundo afirmou, ontem, na Câmara, o deputado Getúlio Moura, atacando veementemente a matéria elaborada pelo Executivo com a finalidade de "regular a expressão e manifestação do pensamento".

No Senado, o sr. Argemiro Figueiredo, depois de criticar o projeto da Lei de Imprensa, disse que sem liberdade não é possível a existência de condições de vida numa nação. Explicou que a imprensa é um poder sagrado na vida da democracia, pois lhe cabe a tarefa de orientar a opinião pública, — por isto, não pode sofrer vexames ou restrições. Em caso contrário — aduziu — reinará a tirania, a violência, a desordem jurídica e será cerceado o progresso do País.

● ESTRANHEZA

Em seu discurso, o deputado Getúlio Moura estranhou que o mesmo Govêrno que negava a existência de ditadura no Brasil, alegando que a liberdade de imprensa demonstrava o contrário, pretenda, agora, eliminar a livre divulgação da crítica, através da imprensa escrita, uma vez que no rádio e televisão a censura já se exerce de forma rigorosa.

● REPERCUSSÃO MUNDIAL

Referindo-se às manifestações a

respeito do projeto, em todo o mundo, o parlamentar fluminense disse que 51 países protestaram, de maneira oficial ou oficiosa, contra a matéria, que representa o fim da democracia no Brasil.

Todos nós entendemos —, acentuou — que a imprensa deve ter responsabilidade, mas, daí não se infere que é necessária a destruição de uma das conquistas mais caras da liberdade de pensamento — o direito do jornalista ser julgado por júri popular.

● CAMISA DE FÔRÇA

Hoje — afixou — se estabeleceu uma verdadeira camisa de força dentro da qual devem atuar os profissionais de imprensa. Ninguém mais vai escrever com liberdade, pelo natural receio de que o conceito, crítica ou notícia constitua, de qualquer forma, uma violação à lei.

● MANIFESTO

Depois de considerar criminoso qualquer apelo que venha a ser dado ao Govêrno, no que tange à aprovação da nova Lei de Imprensa, o sr. Getúlio Moura leu manifesto assinado por diretores de jornais de São Paulo, denunciando o crime que se pretende cometer contra a liberdade de opinião, contra o direito de criticar o Govêrno e "até contra nosso dever e liberdade de

noticiar fatos sem ter o risco de incorrer nas duras penalidades da lei".

O documento, no entender do deputado, traduz, em linhas gerais, o sentimento de todos os brasileiros livres.

● ESPERANÇA

Continuando, disse ter esperança — "muito vã, é verdade" — de que o Congresso Nacional reaja e pelo menos altere a matéria nas partes fundamentais, restabelecendo o júri popular para o julgamento de crimes de imprensa e eliminando a possibilidade do jornalista ser julgado por tribunais militares, possível graças à faculdade criada pelo projeto do Govêrno — de ser considerada como atentatória à segurança nacional a divulgação de um fato qualquer, ou a veiculação de crítica ao Presidente da República.

● PROTESTO

Contra os dispositivos ditatoriais desse projeto — concluiu o deputado — o sr. Getúlio Moura fez um protesto de uma consciência livre, que é a consciência do Estado do Rio de Janeiro. Em nome de meu Estado i multo meu protesto e também meu apelo a todos os homens livres dessa Casa, sem consideração de partido. Modifiquemos esta lei, ou digamos não ao projeto governamental.

ÚLTIMA HORA

15



ANEXO N.º 12

LANCEADO EM

17/10/1968

Oposição: Cassação é o funeral ¹⁵ do Legislativo

Ao analisar ontem na Câmara a exposição de motivos em que o Ministro da Justiça propõe a cassação do mandato do Deputado Márcio Moreira Alves, e Deputado Getúlio Moura, em nome da liderança do MDB, classificou o documento de contraditório" referindo-se aos "funerais do Poder Legislativo que, diante da violência, não terá mais condições para funcionar, restando aos seus integrantes apenas entregar ao Executivo as chaves da casa".

Após lembrar que "a revolução falhou no seu intento de aumentar o número de Ministros do Supremo Tribunal Federal, para transferi-lo num órgão subserviente aos seus caprichos", o representante oposicionista disse esperar que aquela corte, fiel às suas tradições, procurará atender aos anseios do povo brasileiro, defendendo o Legislativo, ao impedir que seja violentado o princípio da imunidade parlamentar, que é da própria essência do regime democrático.

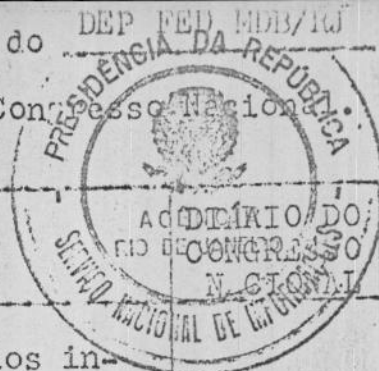
ÚLTIMA CIDADELA

O Sr. Getúlio Moura acentuou o papel do Judiciário, nesta fase difícil da vida brasileira, afirmando que o STF é hoje a última cidadela da democracia, cabendo-lhe resistir, corajosamente, às investidas da minoria radical. Aludindo à exposição do Ministro da Justiça, frisou que o Procurador-Geral da República, ao encaminhar a representação contra

o Deputado Márcio Moreira Alves, nada acrescentou. Explicou que o Ministro Gama e Silva se contradiz, quando defende, no documento, a inviolabilidade dos atos, palavras e votos dos parlamentares, ao mesmo tempo em que pede a cassação do mandato do representante carioca.



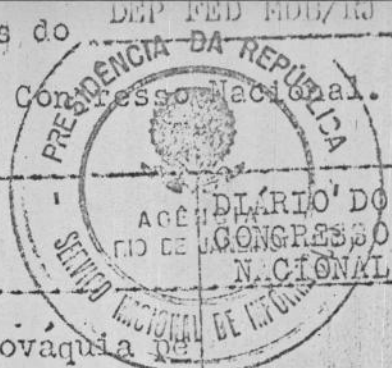
DATA	RESUMO DO DISCURSO	
6 SET 67	Pedi aumento de salário mínimo.	Nº 110
14 SET 67	Falando a favor da remuneração de vereadores.	Nº 114
20 SET 67	Elogiou a política externa brasileira e o Min MP, atacando a política salarial do Governo.	Nº 118
04 OUT 67	Comentando a revogação do "arrôcho salarial" entre bancários e banqueiros do ERJ, apelou para que o Gov revogue as leis de Arrôcho Salarial.	Nº 128
05 OUT 67	Dizendo que o problema mais agudo do País é o da remuneração, tanto do funcionario federal como dos trabalhadores em geral, transmitiu apelo dos funcionarios do ERJ ao Gov do Estado, solicitando aumento de vencimentos.	Nº 129
17 NOV 67	Disse que "com o advento do Gov US, surgiram algumas esperanças de que, já não existindo aquele instrumento de coação que era a cassação de mandatos, pudessemos aos poucos penetrar numa area em que o poder civil tivesse alguma preponderancia. Verificou-se em Nova Iguaçu "a afirmação de que o Poder Civil não existe, a lei não é cumprida". Só há, em verdade, um poder atuando a indisciplina das nossas Forças Armadas". Elementos da ARENA uniram-se a "elementos insubordinados do Exército, e particularmente da Polícia do Ex, sediada na GB, para perturbar a vida da minha cidade e ali destruir os resquícios de uma tenue democracia, porque, em verdade, o Prefeito fora eleito pelo voto direto e secreto". Atacou o Cap ZAMITH, o Cel CARVALHO e protestou contra a "pressão militar".	Sup DC Nº 158
14 MAI 68	Em seu discurso pela passagem de mais uma data da Abolição do Cativo (13 Maio), entre outras coisas, disse que o cativo no Brasil ainda não foi extinto. Prova de que o cativo não se extinguiu de tudo temos, agora, com a lei que transita nesta Casa, a das sublegendas, que cria o chamado mutirão. Hoje pretende-se estabelecer o mutirão, como uma reminiscencia da escravidão, não para escravizar o pulso do homem; não para escravizar-lhe a força; não para escravizar-lhe o poder físico, mas, o que é muito mais serio e grave, para destruir-lhe a liberdade de escolha, inclusive naquilo que é elementar em qualquer democracia: a liberdade do eleitor.	Nº 74-I



DATA	RESUMO DO DISCURSO	
15 MAI 68	<p>Tecendo consideração sobre Municípios incluídos na área de segurança nacional, disse: "Com o Município de D.Caxias na área de Seg.Nac. a vai surgir o impasse - e vamos verificar como o Governo vai sair dele - porque a revolução de 1º de abril se caracteriza, sobretudo, pela improvisação.</p> <p>Ha um problema muito grave, muito sério, porque o Gov, na sua alienação de parte da soberania nacional, todos os dias - resolveu vender a FNM a Alfa Romeo italiana e vende a totalidade das ações. Então aí surge um problema grave de ordem jurídica e de ordem constitucional.</p>	<p>SUP DC Nº 75-I</p>
26 JUN 68	<p>Referindo-se a manifestação surgida na GB em JUN 68, disse que quando a mocidade defende com tanto ardor o seu direito de participar da vida nacional e quer fazê-lo com a cultura adquirida nas universidades, e legítimo, e mesmo obrigatório seja ela ouvida, porque deseja ela apenas preparar-se para servir com maior autenticidade e sobretudo, com maior fecundidade aos interesses da Pátria".</p>	<p>Nº 50</p>
09 JUL 68	<p>Em seu discurso entre outras coisas disse o seguinte: "Estamos aqui nesta vigília cívica, com o funcionamento do Congresso, pela necessidade constitucional de impedir que o Governo / decrete, no recesso, o estado de sítio.</p> <p>De modo que acho perfeitamente justificada esta convocação extraordinária do Congresso.</p> <p>Além disso, o povo não tem para onde / olhar, senão para o Congresso Nacional, porque / todas as liberdades vão pouco a pouco desaparecendo.</p> <p>Não custa nada ao Governo ter um pouco de inteligência, um pouco de acuidade para compreender que esta acontecendo no Brasil. Todos sentimos que o País já não suporta regime de força, regime ditatorial. Esperamos apenas que o Governo tenha o bom senso de não agravar esta situação, porque acredito que o agravamento dela de modo algum sera util ao proprio Governo".</p>	<p>Nº 110-I</p>
07 AGO 68	<p>Falando sobre o confinamento do Sr JÂNIO QUADROS, entre outras coisas disse o seguinte: "condeno o confinamento do ex-Presidente da Republica na cidade de Corumba, em Mato Grosso. O ato evidencia que o "festival de burrice" prossegue, que a falta de inteligência domina todos os escalões do Governo. Custa acreditar que não haja alguém dotado de alguma acuidade política para mostrar ao Governo que certos atos por ele praticados só / tem uma finalidade: valorizar aqueles que se encontravam na obscuridade. Se não ha um plano pre</p>	

GETÚLIO Barbosa de MOURA.

no Congresso Nacional.



DATA	RESUMO DO DISCURSO	
23 AGO 68	<p>Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia pela URSS, disse: "desejo juntar a minha voz a dos protestos aqui formulados contra a invasão da Tcheco-Eslováquia. Devo dizer que já visitei aquele país, admirei a cultura e a educação do seu povo. É esse país de formação católica, que suportou a imposição de um regime comunista, para o qual nenhuma predileção tinha nem estava preparado, no momento em que faz a abertura democrática, ainda dentro do sistema socialista, sofre a maior e a pior das invasões que se pode conceber. Cinco países, numa covardia sem par, invadem a nação Tcheca, para destruir ali exatamente aquelas conquistas que o povo vinha, pouco a pouco, obtendo através de muito sacrifício e de amor à liberdade.</p> <p>Nesta hora, até a América do Norte parece, aos nossos olhos, uma nação democrática, porque nunca foi capaz de praticar uma invasão nos mesmos moldes.</p> <p>Nos que protestamos contra a invasão de São Domingos e do Vietnã, temos bastante autoridade contra a invasão da Tcheco-Eslováquia, que é, sem dúvida alguma, um dos grandes crimes internacionais do Século XX".</p>	<p>SUP 143-I</p>
28 AGO 68	<p>Em seu discurso, disse: "da mesma forma que, quotidianamente, crítico o Governo, venho, hoje, a esta tribuna para com ele congratular-me por haver revogado o decreto que tinha baixado sobre a exploração de petróleo na plataforma submarina. Aquêle, evidentemente, foi um ato mal estudado, mal elaborado. E o Brasil inteiro se levantou contra as facilidades daquele decreto, que ia permitir inclusive aos estrangeiros a exploração do petróleo na plataforma submarina.</p> <p>Desejo que o Governo emende sempre seus próprios erros, porque é da contingência humana, insistir no erro e que não corresponde nem a inteligência nem ao espírito público dos governantes. Por este motivo, tem S.Exa. o Senhor Presidente da República meus aplausos, por ter tido a coragem de revogar um decreto que estava evidentemente errado e contrario aos interesses nacionais".</p>	<p>Nº 60</p>
28 AGO 68	<p>Falando sobre o aumento concedido aos militares na base de 20% a partir de Set 68, disse: "volto a insistir junto ao Gov Fed para que, por decreto ou mensagem a esta Casa, conceda o aumento de 20% aos servidores civis da União, uma vez que já concedeu esse benefício aos militares da ativa, excessão de cabos e soldados. Faço este apelo com muita isenção; e para que o Gov não vá agravando, cada vez mais, esse fosso, quase inva-</p>	

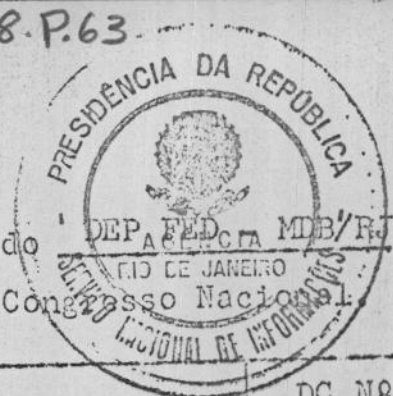


DATA	RESUMO DO DISCURSO	
07.8.68	determinado. As crises são fabricadas pelo Governo. Na hora em que os estudantes voltavam para as faculdades em que haviam tido, inclusive, um dia logo com o Pres Rep, prendia-se o líder deles: Vladimir Palmeiras. Não ha ninguém neste País / que compreenda a necessidade da prisão deste jovem senão como provocação, para voltarem as agitações as ruas, como já se encontram inclusive da ineptia do proprio Governo".	No 131-I
13.8.68	Em seu discurso, disse o seguinte: "estávamos todos tranquilos e, de certo modo, felizes, com a votação da Câmara concedendo a urgência. Acreditei que este Governo, que não tem dado prova de muita inteligência, e sim, sobretudo, de uma ausência completa de acuidade política pudesse aproveitar esse projeto originario da Câmara, para ter um gesto generoso, humano e de compreensão, a fim de trazer um pouco de tranquilidade e paz a família brasileira. Já afirmei, que o Governo tem a preocupação de prefabricar as suas proprias crises. Quando uma vai encerrar-se ele provoca outra. Tenho impressão de que ele se alimenta, vive e se desenvolve através de crises sucessivas. Isto evidencia que o Governo quer prosseguir na sua obra nefasta de dividir cada vez mais a família brasileira".	No 135-I
22.8.68	Falando sobre o aumento que o Poder Executivo concedeu aos militares, a partir de 3º Sgt (20%) e não tendo concedido aos civis, entre outras coisas disse: "por essa razão, aqui fica, com meu protesto, a minha profunda estranheza de que esse Governo queira, cada vez mais, dividir este País em duas partes: o civil e o fardado, isto vai criar, entre o funcionalismo civil da União, um sentimento de frustração e de revolta. Nem sequer houve mensagem ao Congresso. Quando quer dar aumento aos militares, o Governo usa seu poder ditatorial".	No 142-I
21.8.68	Em seu discurso, disse: "acabo de ler a notícia de que o Min das Minas e Energia, Dep Costa Cavalcanti, assegura que o decreto que autorizou a pesquisa na plataforma marítima sera revisto pelo Governo. A notícia é grata a todos nos que defendemos a preservação do monopólio do petróleo, que foi a grande conquista do Congresso Nacional - porque a verdade é que, quando chegou a mensagem criando a Petrobras, esta não lhe dava o monopólio, e o Congresso foi quem deu esse monopólio. Manifesto pela revogação do mesmo".	SUP 141-I

Resumo dos principais pronunciamentos do
 GETÚLIO Barbosa de MOURA. no Congresso Nacional.



DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	Nº
28.8.68	deável que hoje separa o militar do civil. E sabemos que o militar é, apenas, o civil fardado; dentro dele mesmo coração, o mesmo entusiasmo; enfrenta ele as mesmas lutas que o civil. Não pode o Gov fazer essa diferenciação; isso que o Gov está fazendo e profundamente injusto".	
30.8.68	Falando sobre a invasão da UnB, disse: "desejo juntar o meu protesto ao daqueles que hoje verbaram o procedimento da policia, invadindo não mais o campus da UnB, mas as proprias salas de aula. Tem-se a impressão de que o Govêrno quer realmente manter este pais num permanente estado de inquietação. Já afirmei aqui, mais de uma vez, que o Gov e que fabrica as proprias crises. Para justificar, talvez, o ato impensado, de ausencia completa de inteligência de acuidade politica, que foi a recusa do projeto, de anistia, o Gov, através da sua policia inconsciente, incompetente e violenta, invade a UnB, lança bombas de gas lacrimogenio, tiroteia os proprios estudantes, tudo isto para afirmar, amanhã, que não ha ainda, clima para ser decretada a anistia".	148-I
30.8.68	Falando sobre a invasão da UnB, disse: "ninguém pode, realmente, retirar do partido do Governo, a ARENA, a responsabilidade pelos fatos que se estão verificando na area universitaria do País. Se aquêlê Partido houvesse concordado em votar a anistia, não haveria razão alguma para a Policia invadir, hoje, a UnB a fim de ali prender um lider estudantil pois êle ja estaria acobertado pela lei magnanima que esquece tudo e que e a unica forma que sempre se usou na Brasil e no mundo para obter o apaziguamento dos espiritos."	SUP DC 148-I
11.9.68	Em seu discurso, disse: "não posso aceitar que quinze dias apos a invasão da UnB, com destruição de equipamentos tecnologicos daquela grande escola, venha o Gen Garastazu Medici, no seu primeiro relatorio, dizer que houve realmente invasão, e não conclui mais nada. Não foi isso que lhe pediu o PR. V.Exa, Sr Presidente, verificará que permanecerão impunes a autores daquele atentado. O PR precisa convencer-se de que a sua inoperância no assunto vai refletir-se contra S.Exa mesmo. Certo de que a invasão da UnB fazia parte de um esquema que procura enfraquecer ainda mais o Mal Costa e Silva".	156-I



Resumo dos principais pronunciamentos do
GETÚLIO Barbosa de MOURA. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
13.9.68	<p>Prestando homenagem a JK pelo seu aniversário, disse: "aniversária hoje o ex-Pres JK que foi, sem favor algum, o maior e o melhor Presidente que já teve o Brasil, desde a Proclamação da República. Na hora em que ele se encontra num ostracismo forçado, pela má vontade, pela prevenção, pela inveja, pela incapacidade e pela frustração dos chamados revolucionários, quero render, aqui, a minha homenagem muito xx sincera a essa figura extraordinária de homem público.</p> <p>Se esta Revolução que aí está, que não sabe o que fazer com os instrumentos legais que tem nas mãos, pudesse dar anistia a todos os que foram injustiçados, estou convencido de que o povo brasileiro levaria novamente a Presidência da República o Pres JK e teríamos então um período de paz, de tranquilidade e de desenvolvimento".</p>	158-I
04.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "Quando um Cardeal com a dignidade, com a cultura de Dom Agnello Rossi, recusa a Ordem Nacional do Mérito, sentimos que é difícil a atual fase da vida brasileira. É preciso que os homens tenham a coragem cívica e moral de Dom Agnello Rossi, ao deixar de aceitar uma / comenda, que não o honrava naquela hora, porque, ao recebê-la, S.Emª estaria ratificando os atos do Governo praticados contra o clero e contra a liberdade de pensamento neste infeliz País".</p>	SUP DC 173-I
15.10.68	<p>Falando sobre a política nacional, disse: "quem contempla hoje o panorama político, social e militar do Brasil nele não identifica mais a Nação / brasileira. Aquelas qualidades que nos eram tradicionais parecem estar desaparecendo. Somos de descendência latina, inclinados, por isso mesmo, a gestos de perdão; não tínhamos na nossa formação étnica nenhum laivo, por menor que fosse, dos escravos que, de modo geral, são frios, insensíveis nas suas maquinações e nas suas violências.</p> <p>Verifiquem por exemplo, o que se passou recentemente com a invasão da UnB, com as violências ali praticadas e com absoluta impunidade dos que fizeram aquele tremendo massacre, que não foi apenas ato de vandalismo contra o equipamento da Universidade, nem contra os jovens, mas, sobretudo, contra a nossa cultura, contra a nossa inteligência contra a nossa formação moral e intelectual".</p>	180-I
23.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "sentimos todos que o / País não vai bem, dentro de um clima de inquietação xxx ção e até de indisciplina. Tudo isto decorre de uma Constituição que nos foi imposta, autoritária e que retirou também do povo o direito de eleger o Presidente da República".</p>	SUP DC 186-I



Resumo dos principais pronunciamentos do
 GETÚLIO Barbosa de MOURA. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
07.11.68	<p>Em seu discurso, disse: "o Congresso acaba de ul- timar uma tímida reforma universitária. Não cor- responde ela aos anseios dessa mocidade inquieta, que deseja encarar o presente e sobretudo a pers- pectiva do futuro. O Gov não quis - e aqui nesta Casa exerceu pres- são para impedi-la - uma anistia que o Congresso lhe oferecia como o maior argumento em favor do dialogo dele com os estudantes. Ao que se infor- ma, o Governo não concordou com a anistia porque a iniciativa tinha sido do partido da Oposição. Em primeiro lugar, é um raciocínio por demais / simplista. Não pode o Gov recusar uma medida con- siderada boa e salutar, só porque ela se originou do partido que não goza - nem o quer - as benesses do Poder. O que ele deveria ter feito, se agisse sempre com inteligencia, seria aproveitar o pro- prio movimento da Oposição e torna-lo vitorioso, dando aos estudantes as condições morais para / que possam aceitar uma reforma universitária".</p>	195-I
19.11.68	<p>Em seu discurso, disse: "tive oportunidade de requerer ao Ministro Extraordinario para Assun- tos da Casa Civil, o nobre Dep RONDON PACHECO, copia das informações que o Gen GARRASTAZU MEDI- CE teria levado ao Presidente da Republica em seu relatorio relativo a invasão da UnB. Sei que, de modo geral, os trabalhos do SNI são secretos: mas isso não impede seja remetida a / esta Casa uma copia com a expressa declaração de se tratar de documento secreto ou reservado. Entretanto, acaba de chegar a esta Casa uma in- formação do Min RONDON PACHECO com referência a impossibilidade de remeter copia desse relatorio, sob a alegação de que um dispositivo de lei que criou o SNI declara não estar ele obrigado a pres- tar tais informações. Veja como as coisas ocorrem no Brasil, o SNI não esta obrigado a prestar contas a ninguém, nem / mesmo a CD".</p>	202-I
20.11.68	<p>Falando sobre a concessão de aumento aos civis e militares, disse: "deveria o Governo, ao mesmo / tempo em que envia a mensagem, muito justa, quan- to a necessidade, mas não quanto ao valor, do au- mento dos vencimentos dos servidores civis e mi- litares, também baixar decreto fixando o novo sa- lario-mínimo, sob pena de acarretar uma situação de desespero para aqueles que vivem dos seus mín- guados salários. Acho que o Governo deve ser, antes tudo justo e objetivo. Todos os estudos feitos mostram que ti- vemos uma elevação no custo de vida de cerca de 40%. O aumento, se o Governo desejasse fixa-lo / em bases justas, deveria ser de 40 ou 45%".</p>	203-I

N8.PRO.CSS.119.8.P.65

ANEXO

2

2 - ENTREVISTAS A IMPRESA

2.1 - O GLOBO - 07 JUL 56

2.2 - IMPRESA POPULAR - 08 JUL 56

*7 JUL 1956

ANEXO N.º 2.1

FALA O DEPUTADO GETÚLIO MOURA DO QUE PODE VER NA "CORTINA DE FERRO"

Na Rússia Indicaram-lhe Casas Operárias, Que Ele Encontrou Bem Arrumadas — Trouxe, Porém, Melhor Impressão da China, Onde Mao Tsé-Tung o Cumprimentou Após um Discurso no Parlamento

O DEPUTADO Getúlio Moura, que ontem regressou de sua visita à Rússia e países satélites, foi alvo do interesse da reportagem, que logo o assediou no aeroporto do Galeão, procurando colher suas impressões a respeito do que o parlamentar fluminense pôde observar durante a sua curta estada atrás da chamada "cortina de ferro". Dividindo as atenções entre familiares e amigos, de um lado, e jornalistas, do outro, o Sr. Getúlio Moura foi atendendo à curiosidade dos repórteres. Começou por contestar que tivesse sofrido ali restrições à liberdade de movimentos e que sua correspondência houvesse sido censurada.

O Que Pôde Ver

Falou o deputado pessedista do que lhe foi permitido observar nessa visita. Disse, ter tido boa impressão dos lares operários que conheceu, embora muitos deles lhe fossem indicados pelos guias postos à sua disposição. Julga ter sentido certa sinceridade nos proclamados ansios de paz dos russos. Nesse particular teve oportunidade de auscultar, naturalmente por intermédio dos intérpretes oficiais, a opinião até do homem da rua.

A China e Mao Tsé-Tung,

No decorrer de sua breve entrevista com a reportagem, o Sr. Getúlio Moura pareceu especialmente interessado em falar de sua estada na China, cujo aumento da produção pôs em relevo. Teve palavras de simpatia para Mao Tsé-Tung que — disse — pôs termo às disputas religiosas no país. Procurou estabelecer diferença entre o que qualificou de "socialismo russo" e "socialismo chinês". O reconhecimento do deputado fluminense ao chefe do Governo comunista chinês parece, porém, decorrer de um detalhe

por ele logo narrado: é que Mao Tsé-Tung, após ouvi-lo discursar no Parlamento de Pequim, desceu ao plenário e foi cumprimentá-lo.

O Caso Stalin

Pedida a sua impressão sobre a queda do stalinismo, o Deputado Getúlio Moura preferiu reproduzir a explicação que ouviu dos próprios russos. Stalin viveu numa época em que a União Soviética precisava permanecer fechada ao mundo exterior, a fim de consolidar o seu regime. Isso agora não mais se justificaria.

Desmentiu o Sr. Getúlio Moura que seus companheiros de viagem — deputados Coaraci Nunes e Eduardo Catalão — se houvessem desligado da caravana, descontentes com o tratamento recebido na Rússia. Ambos o fizeram — diz o deputado pessedista — para ir ao encontro do Vice-Presidente João Goulart em outra parte da Europa. Por fim, o senhor Getúlio Moura contou que os russos lhe facilitaram câmbio para o nosso cruzeiro, de modo que ele ficou, até certo ponto, em situação melhor do que seus companheiros.

U8.PKO.CSS.J19.8.R.68

"IMPRESA POPULAR" de 8 de julho de 1956

"IMPRESA POPULAR" 8 JUL 1956

DECLARA PARLAMENTARES BRASILEIROS:

“AINDA A VONTADE NA U.R.S.S. E VIU POVO FELIZ”

Ao chegar de sua longa viagem aos países do campo socialista, o deputado Getúlio Moura concedeu à imprensa carioca uma interessante entrevista sobre suas impressões de viagem.

ENTUSIASMO PELA CHINA

Disse o deputado do PSD: — O que mais me entusiasma nesta viagem foi o crescimento econômico da China de Mao Tse Tung. O aumento de produção em determinadas regiões alcançou 700 por cento. E aquele dirigente afirmou que ainda não alcançou o esperado, pois a produção tende a aumentar.

Como exemplo do desenvolvimento da China Popular, afirmou o deputado Getúlio Moura que sua produção de algodão, infima, está hoje em dia equiparada à do Brasil, entusiasmado sobremaneira pela China, o deputado acrescentou:

A marcha para o socialismo avança a passos tão largos que grupos de capitalistas existentes na China recorrem a Mao Tse Tung, para, com seus ensinamentos resolverem suas questões.

SEU DISCURSO EM PEQUIM

Falando sobre sua alocução na cidade de Pequim, declarou o nosso entrevistado:

Meu discurso em Pequim todo o Brasil conhece. Foi muito ovacionado, e o próprio dirigente chinês fez questão de apertar minha mão em agradecimento às referências elogiosas que fiz ao seu país. Nada menos de 13 jornais do país reproduziram na íntegra, dada sua grande aceitação.

NA U.R.S.S.

Formulamos questões sobre a URSS, indagando do deputado Getúlio Moura qual sua impressão daquele país. Responderam o entrevistado:

Os russos são por demais hospitaleiros, ao contrário do que se afirma. Costumo frequentar hospitais e suas salas de espera.

Declarou ao «O Jornal», o deputado Getúlio Moura — «Contesto o que se noticiou num vespertino desta capital, sobre censura às minhas cartas» — Entusiasmo pelo crescimento econômico da China — «Fomos acolhidos com simpatia e cordialidade», acrescenta o deputado udenista Newton Carneiro — Boa cotação do cruzeiro

visitados condições semelhantes às que prevalecem nos países ocidentais onde a liberdade é quase completa», declarou à reportagem de «O Jornal» o deputado Newton Carneiro, sobre notícia estampada, ontem em um vespertino, segundo a qual os deputados brasileiros teriam sofrido vigilância constante durante a visita que fizeram à URSS.

O representante udenista, um dos que integraram a comitiva de parlamentares, esclareceu, porém, acerca dos ditos tingüidos, a cada passo, com gentilezas.

FALTA DE INTERPRETE PRÓPRIO

Explicando a aludida notícia, disse o deputado Newton Carneiro:

— Telefonou-me alguém da redação de um vespertino para saber se eu confirmava as informações de que os membros da delegação parlamentar brasileira teriam sofrido restrições à sua liberdade de movimentos nos países que visitaram na Europa Oriental, especialmente na Rússia.

Confirmando as declarações que então fiz, tenho a dizer que, de minha parte, não senti outros impedimentos que aqueles normalmente esperados em países onde não se fala outra língua senão a nacional, para nós, totalmente estranha. E concluindo:

— Acentue-se, porém, que fomos acolhidos com cordialidade e simpatia, prevalecendo, acatada e geral, a boa vontade dos países colízes do Brasil.

EXO N.º 2.2

3 - INFORMES E INFORMAÇÕES

3.1 - INFORME Nº 2914 - EME, DE 14 SET 66

3.2 - INFORMAÇÃO Nº 0070 - CENIMAR, DE 10 JAN 69

SECRETO

ANEXO N.º 31

MINISTERIO DA GUERRA
ESTADO-MAIOR DO EXERCITO
2ª SUBCHIEFIA - 2ª SEÇÃO

Bto - GB,

14 SET 66

MINISTERIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO

1. ASSUNTO: Elementos candidatos à Câmara Federal.
2. ORIGEM: I EX (ID/1).
3. CLASSIF: A-2 (dada na origem).
4. DIFUSÃO: D2/RIO - EMAEP - *Assunto: Candidatos à C. Federal*
5. DIFUSÃO DESDE A ORIGEM: *Assunto: Candidatos à C. Federal*
1. ASSUNTO: *Assunto: Candidatos à C. Federal*
2. ORIGEM: *EME*
3. CLASSIFICAÇÃO: _____
4. DIFUSÃO: *DE/DF*

- INFORME Nº 2914 - C/66-S/2-2 -

A imprensa de NITERÓI vem noticiando como prováveis candidatos à Câmara Federal, os elementos abaixo, sobre os quais a 2ª Seção, pode fornecer os seguintes dados:

Três - SATURNINO BRAGA e DASO COIMBRA

Participaram da mesa que dirigiu os trabalhos de comemoração do 40º aniversário do PCB, realizado no Caic Martins.

- EDESIO DA CRUZ NUNES

Utiliza-se do falso padre ANIBAL MENDES (líder da rebelião de Capivari) como vanguarda para o seu movimento subversivo.

- HUMBERTO EL-JAICK

Enderêço: Rua Alberto Brauner, 94;

Profissão: Advogado e professor;

Localidade: Nova Friburgo;

Comunista militante. Agitador subversivo nos meios estudantis de Nova Friburgo.

- JOSÉ MARIA ALVES RIBEIRO

Enderêço: Rua Tupiniquim, 284 - Tel 2-2212 - Niterói.

Cunhado de CELSO PEÇANHA. Comunista ativo. Concorreu para liberação de filmes comunistas apreendidos na GB.

- GETÚLIO BARBOSA DE MOURA

Elemento ligado ao PC (Nova Iguaçu) desde 1938. Visitou países da Cortina de Ferro. Envolvido nos escândalos da Pref de Nova Iguaçu.

- MIGUEL SALIM SAAD

Articulador de greves de estudantes e de professores. Comunista ativíssimo. Seu discurso do dia 13 Mar 64 foi altamente subversivo. Cunhado de ROBERTO SILVEIRA. Agitou a UME quando estudante e o Sindicato de Prof de Ginásio.

-*-*-

SECRETO



8/4

Fernando Pessoa da Rocha Paranhos
 FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
 CF. DIRETOR

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA

DATA / 10 / 1 / 1969 Nº 0070

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: XXX

~~XXXXXXXX~~/INFORMAÇÃO/~~XXXXXXXX~~

REFERENCIA: XXX

DISSEMINAÇÃO: GMM - CEMA - CSN - CENIMAR.

AValiação	
CONFIANÇA	<u>XX</u>
VERACIDADE	<u>XX</u>

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

(Preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

GETULIO BARBOSA DE MOURA - Deputado Federal (MDB/RJ).

- Originário do PSD.

1955 - Citado na revista "Tiempos Nuevos" (linha MAO TSE TUNG) co-
 mo um dos visitantes da China Comunista, no ano de 1955.

JUL/1956 - A convite do Congresso da União Soviética, visitou Hungria,
 Polônia, Tchecoslovaquia, Bulgária e China. Na China fez -
 discurso em nome dos Deputados com quem viajou (entre os
 quais IVETE VARGAS). (Ver anexos).

OUT/1956 - Ligado a infiltração do Partido Comunista da China (Liga -
 da Juventude Comunista).

MAI/1958 - Ligado a área sindical dos marítimos.

AGO/1958 - Contou com apóio de CARLOS PRESTES, em campanha política.

MAI/1959 - Assumiu a Vice-Presidência da Rêde Ferroviária Federal S/A.

AGO/1956 - Apresentou o Requerimento de Informações nº 5.904, desejan-
 do saber quantos oficiais superiores, quantos oficiais ge-
 nerais, etc... foram reformados ou passaram para reserva a
 partir de "1º de Abril de 1964".

SET/1966 - Acusou o Governo de "combater os estudantes".

- Consta de uma relação como "elemento ligado ao PC desde -
 1938 e envolvido nos escândalos da Prefeitura de Nova Igua-
 çú."

Handwritten signature
ANDRÉ PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CF. DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA

DATA / 10 / 1 / 1969 Nº 0070

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: XXX

~~EXEMPLO~~ INFORMAÇÃO / ~~EXEMPLO~~

REFERENCIA: XXX

DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- FEV/1967 - Declarou ser contrário a nova Lei de Imprensa.
- SET/1967 - Fez discursos na Câmara, a propósito de acusações a respeito da Prefeitura de Nova Iguaçu, considerando-se "caluniado".
- NOV/1967 - Declarou que "a cassação do mandato do Prefeito de Nova Iguaçu envergonha a democracia brasileira".
- FEV/1968 - Discursou declarando-se contrário "à cassação dos direitos" dos Municípios que interessam à Segurança Nacional, e acusou os militares "bitolados", e de detentores de regalias extraordinárias.
- MAR/1968 - Afirmou ser favorável a anistia.
- AGO/1968 - Classificou a alta do dolar como prova de que o Governo é incapaz.
 - Criticou o govêrno no caso da Universidade de Brasília.
- SET/1968 - Criticou o Govêrno voltando a culpá-lo pelo problema da Universidade de Brasília.
 - Acusou a existência de radicais de direita e criticou o Presidente da República, acusando-o de "inepcia e omissão".
- OUT/1968 - Leu para os anais da Câmara o editorial "Madrugada de Terror" (do Correio da Manhã) e fez uma análise do "caso do PARASAR". (Vêr anexo).
- NOV/1968 - Declarou-se favorável a anistia para estudantes e trabalhadores.

---ooOoo--- MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO
CONFIDENCIAL (Art. 62 - Doc. n.º 60:417/67 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)
GRAU DE SIGILO